



Verónica Manuela Gomes Pinto  
21127

**A Construção dos Sentimentos de Insegurança  
em Mulheres Vítimas de Violência Conjugal**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob orientação da  
**Professora Doutora Helena Grangeia** – Instituto Universitário da Maia  
e da  
**Professora Doutora Olga Cruz** – Instituto Universitário da Maia

Julho de 2014

*“Os homens têm menos escrúpulos em ofender quem se faz amar do que quem se faz temer, pois o amor é mantido por vínculos de gratidão que se rompem quando deixam de ser necessário, já que os homens são egoístas; mas o temor é mantido pelo medo do castigo, que nunca falha”*

Maquiavel



## Agradecimentos

Às minhas orientadoras, Dra. Helena Grangeia e Dra. Olga Cruz, pelo rigor, ensinamento, sentido crítico e sugestões! Pelo incentivo e disponibilidade que sempre demonstraram ao longo deste trabalho e acima de tudo por acreditarem em mim.

À equipa do Gabinete de Apoio à Vítima BemMeQuer do Município de Amarante. O meu muito obrigado à Elisabete Ferreira e à Sónia Monteiro por toda a disponibilidade, carinho, dedicação, apoio e auxílio incondicional! Sem vocês esta dissertação não seria possível.

Gostaria de expressar a minha gratidão a todas as mulheres que anuíram participar e que deram “voz” a esta dissertação, apesar de se debaterem com inúmeros problemas de vida, sempre demonstraram disponibilidade para responder a perguntas, que inúmeras vezes lhes causaram sofrimento.

Aos meus pais, que são os meus verdadeiros ídolos, aqueles que me ensinaram que o saber adquire-se, o respeito impõe-se, o amor conquista-se e o sucesso só se alcança com talento, dedicação e trabalho! Obrigada por tudo!

Ao Luís, mais do que marido companheiro de todas as horas, a quem devo TUDO! Obrigada pela forma resiliente com que trilhas a trajetória da vida e me inspiras nos momentos de maior desafio e desespero. A ti, por todas as razões, o meu Muito Obrigada!

Às minhas irmãs Ana e Bela e aos meus cunhados Filipe e David pelo amor, carinho e apoio incondicional! Pela confiança e força que sempre me transmitiram.

Ao Filipe, Beatriz e David, por colorir todas as minhas angústias e, na sua simplicidade, me lembrar o que de melhor há na vida...

À memória da minha avó Adelaide, que está sempre comigo e que ao longo da vida, me deu força para resistir a todas contrariedades e me fez acreditar que é o “sonho quem comanda a vida”.

Aos meus amigos de sempre, que partilharam comigo cada momento nesta caminhada. À Flor, à Cristina e à Verónica, pela amizade autêntica e incondicional.

A Sandra Teixeira e Elisabete Macedo, obrigada pelo apoio, compreensão e carinho mesmo nos momentos mais difíceis.

A todos aqueles que me incentivaram e de alguma forma me possibilitaram a realização deste trabalho.

Obrigado/a a todos/as!

### Resumo

De acordo com vários autores (e.g., APAV, 2002; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2004; Machado & Manita, 2000) o sentimento de insegurança entre a população é significativo. Além disso, vários estudos (e.g., Almeida & Alão, 1995; Almeida & Soeiro, 2010; Frias, 2004) identificam as mulheres como mais inseguras do que os homens. Paralelamente, a violência conjugal é das formas mais comuns de violência interpessoal em todo o mundo (Almeida & Soeiro, 2010). Atualmente, não obstante os logrados avanços, sobretudo a nível legislativo, se atentarmos às estatísticas verificamos que esta tipologia criminal ainda assume um papel de relevo. Realce-se que, em Portugal e de acordo com o MAI (2013) a violência contra o cônjuge ou análogo surge como o quinto crime mais participado, totalizando em 2012, 40 mortes.

Partindo desta conjuntura, este trabalho procurou caracterizar a construção do sentimento de insegurança nas mulheres vítimas de violência conjugal. Pretendeu, ainda, perceber se e de que forma a experiência de vitimação conjugal contribui para esse sentimento. Para a realização deste estudo foram entrevistadas nove mulheres vítimas de violência conjugal.

As participantes definem a insegurança como um sentimento de mal-estar, desconforto e medo constante decorrente da experiência de vitimação de que foram alvo. Os resultados permitem concluir que efetivamente as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam níveis superiores de insegurança quando comparadas, por elas próprias, com o universo das mulheres em geral. A figura que surge mais associada a este sentimento é o ex-cônjuge/ex-companheiro. Por sua vez, o espaço casa surge como o mais descrito pelas participantes como potenciador de insegurança. Ao nível das situações que podem promover a insegurança das participantes destaca-se a presença de ameaças. A presença do ex-cônjuge/ex-companheiro é particularmente identificada como um fator potenciador de insegurança, enquanto o seu afastamento, ou mesmo a sua morte, surge associado a maior segurança. Os meios de comunicação social surgem, neste estudo, como um importante fator promotor de uma maior insegurança, sendo descritos em alguns casos como um meio de aprendizagem de práticas criminais. Por tudo o que foi exposto e pela falta de estudos sobre o sentimento de insegurança em mulheres vítimas de violência conjugal consideramos necessário continuar a explorar este fenómeno.

# The Construction of the Feelings of Insecurity in Women Victims of Marital Violence

## Abstract

According to several authors (e.g., APAV, 2002; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2004; Machado & Manita, 2000) the feeling of insecurity among the population is quite significant. Furthermore, many studies (e.g., Almeida & Alão, 1995; Almeida & Soeiro, 2010; Frias, 2004) identify women as more insecure than men. At the same time, marital violence is the most common forms of interpersonal violence all over the world (Almeida & Soeiro, 2010). Nowadays, despite the successful advances, especially in the legislation, if we look to the statistics we can verify that this criminal typology still plays an importante role. Highlight that in Portugal and according to MAI (2013) the violence against the spouse or similar emerges as the fifth crime most reported in 2012, making a total of 40 deaths.

Starting from this conjuncture, this work sought to characterize the construction of the feeling of insecurity in women victims of marital violence. Intended also figure out if and how the spousal victimization experience contributes to that feeling. To perform the study, there were interviewed nine women victims of conjugal violence.

The participants define insecurity as a feeling of malaise, discomfort and constant fear due to the experience of victimization that were targeted. The results allow concluding that effectively women victims of marital violence have increased levels of insecurity when compared, by themselves, with the universe of women in general. On one hand, the figure that emerges most associated with this sentiment is the former spouse. On the other hand, the house space emerges as the most described by participants as enhancer of insecurity. At the level of the situations that may promote the insecurity of the participants, we highlight the presence of threats. The presence of the former spouse is particularly identified as a factor of insecurity enhancer, while the separation, or even his death is associated with greater security. The media emerge, in this study, as an important factor promoter of greater insecurity, being described in some cases as a mean of learning of criminal practices. For everything that was exposed and the lack of studies on the feeling of insecurity in women victims of conjugal violence we need to continue to explore this phenomenon.

## Índice Geral

Introdução.....	1
Capítulo I – Crime e inseguranças .....	3
1. As estatísticas do crime .....	3
2. A construção dos sentimentos de insegurança.....	4
3. Percepções genderizadas sobre o crime/sentimento de insegurança .....	6
Capítulo II – Violência doméstica e inseguranças .....	7
1. Sobre a violência doméstica .....	7
2. A violência conjugal.....	9
3. Violência conjugal: igualdade vs desigualdades de género.....	13
4. Impacto da vitimação conjugal.....	14
Capítulo III – Estudo empírico.....	17
1. Objetivos.....	17
2. Metodologia.....	17
a. Seleção e caracterização da amostra.....	18
b. Instrumentos de recolha e análise de dados.....	19
c. Procedimentos.....	21
3. Descrição dos resultados.....	21
a. (In)segurança .....	22
b. Figuras de (in)segurança.....	24
c. Contextos de (in)segurança.....	28
d. Situações de (in)segurança .....	31
e. (In)segurança e experiência de vitimação conjugal.....	34
f. Fatores identificados como potenciadores de maior segurança/insegurança .....	35
g. (Des)credibilização das autoridades policiais e judiciais .....	37
Capítulo IV – Discussão dos resultados .....	39
1. Limitações e recomendações para estudos futuros .....	45
Considerações finais.....	46
Referências .....	48
Anexos.....	54

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Figuras associadas ao sentimento de insegurança

Tabela 2 – Contextos associados ao sentimento de insegurança

Tabela 3 – Situações associadas ao sentimento de insegurança

Tabela 4 – Fatores associados à segurança/insegurança

## **Índice de Figuras**

Figura 1 – Temas associados ao contexto de insegurança

Figura 2 – Atribuição de níveis de insegurança

## **Índice de Abreviaturas**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

EEVD – Equipas Especializadas em Violência Doméstica

EUROSTAT – Gabinete de Estatísticas da União Europeia

GNR – Guarda Nacional Republicana

MAI – Ministério da Administração Interna

NIAVE – Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

OMS – Organização Mundial de Saúde

PJ – Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

PTSD – Perturbação de Stress Pós Traumático

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

## Introdução

A presente dissertação debruça-se sobre a construção dos sentimentos de insegurança em mulheres vítimas de violência conjugal. Pretende perceber-se, entre outros, se a experiência de vitimação se encontra de alguma forma associada a esse sentimento. Quando se pensa em segurança e conforto tende a associar-se esta afeição à nossa casa, ao nosso espaço e até ao contexto familiar (Matos & Machado, 1999). Ao longo dos tempos as crianças, mulheres, homens, idosos e pessoas portadoras de deficiência têm sido alvo das mais diversificadas formas de violência no seio familiar (Dias & Machado, 2008; Giddens, 2009; Quaresma, 2012). De entre tais experiências, a violência conjugal ocorre com muita frequência (Matos, 2012). Ocorre essencialmente em contexto de relações íntimas e não é uma impetuosidade de hoje nem de ontem (Rocha, 2011). Apesar de continuar a ser idealizada como um espaço privado de segurança, a família é também um espaço de violência (Giddens, 2009). A este propósito, é de notar que os homicídios conjugais têm sido motivo de várias capas de jornais. Trata-se de uma tipologia criminal que corresponde a um crime de prova difícil, dada a sua ocorrência no espaço privado da casa, associado à relação de intimidade entre vítima e agressor (Matos, 2012).

A violência é um fenómeno que perturba a vivência da comunidade e que, para além de outras consequências, pode gerar sentimentos de insegurança. Esta pode assumir várias formas, que vão despoletar maior ou menor preocupação da sociedade, consoante a sua maleabilidade social e cultural. Todavia, nos últimos anos, as teorias explicativas deste tipo de violência procuram fundamentar as motivações associadas (Rocha, 2011).

No que concerne aos sentimentos de insegurança, vários estudos (e.g., Almeida & Alão, 1995; Almeida & Soeiro, 2010; Frias, 2004) identificam as mulheres como mais inseguras do que os homens, sobretudo devido à sua vulnerabilidade física associada ao facto de assumirem de forma mais natural os seus medos. De acordo com Frias (2004) diversos estudos apontam para a existência de uma relação ténue entre vitimação e o sentimento de insegurança. A análise do crime e da violência implica, necessariamente, atender aos contextos a partir do qual as práticas se produzem.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro grandes capítulos, sendo que os dois primeiros englobam a revisão bibliográfica sobre a temática em análise e o terceiro e quarto respeitam ao estudo empírico realizado.

Com a revisão bibliográfica pretende-se percorrer as diferentes concetualizações e significados atribuídos pela comunidade científica relativamente ao sentimento de

insegurança e ao fenómeno da violência conjugal, sendo portanto em função destas duas temáticas que se organizam os capítulos teóricos. O primeiro capítulo, denominado de crime e inseguranças, integra uma breve revisão da literatura acerca das estatísticas oficiais sobre o crime, os fatores associados à construção dos sentimentos de insegurança e as percepções genderizadas sobre o crime/sentimento de insegurança. Ainda no âmbito teórico, no segundo capítulo, procurou-se explorar os fenómenos da violência conjugal e dos sentimentos de insegurança. Neste sentido, abordam-se noções subjacentes ao crime de violência doméstica, priorizando-se a descrição da violência conjugal enquanto ramificação da anterior. Aqui, foi ainda nosso intento caracterizar a violência conjugal como podendo ser influenciada pela presença de uma sociedade patriarcal, podendo ter subjacente desigualdades de género. Por último, ainda neste capítulo, é apresentado de forma breve o habitual impacto da vitimação conjugal nas vítimas.

Após a revisão bibliográfica sobre o tema em análise, no capítulo terceiro, apresentamos o estudo empírico. Inicialmente serão descritos os objetivos que se pretende alcançar e a metodologia utilizada, que engloba a descrição do instrumento, do modo de seleção e da caracterização da amostra e dos procedimentos inerentes à recolha dos dados.

Seguidamente, serão apresentados os resultados obtidos a partir de sete domínios fundamentais: (1) conceitos de insegurança; (2) figuras de insegurança; (3) contextos de insegurança; (4) situações de insegurança; (5) insegurança e experiência de vitimação conjugal; (6) fatores associados a maior segurança e insegurança; e, (7) (des)credibilização das autoridades policiais e judiciárias.

Por fim, no capítulo quarto será apresentada a discussão dos resultados, que se pretende ser integrativa, partindo do estudo empírico e procurando enquadrar os nossos resultados com os dados da literatura da área, de modo a identificar as principais aprendizagens alcançadas. Reflete-se, ainda sobre as limitações centrais que reconhecemos no presente estudo e sinalizam-se novos caminhos que cremos ser importantes explorar em investigações futuras.

Perante a complexidade dos casos de vitimação conjugal, urge continuar a investigar este fenómeno, com o objetivo de alcançar possíveis soluções que, seguramente, não são simples nem únicas, mas que poderão decerto ser o menos traumáticas possível.

## Capítulo I. Crime e Inseguranças

### 1. As estatísticas sobre o crime

O crime é um facto irrefutável na sociedade. Para além daqueles que foram vítimas de crime, muitos são os que se sentem receosos, o que leva a questionar a capacidade do sistema criminal em atenuar e lidar com o crime e o medo.

De acordo com Lourenço e Lisboa (1996), Portugal era o nono país mais seguro do mundo e simultaneamente o terceiro da Europa com mais baixa criminalidade. Segundo os dados comparativos mais recentes do Eurostat, relativos ao ano de 2009 (como citado por MAI, 2012), constatamos que a nível europeu Portugal apresenta a segunda menor taxa de criminalidade por 1.000 habitantes, sendo apenas superado pela Grécia. Estes resultados são consistentes com os dados apresentados por Dijk, Manchin, Kesteren, Hideg e Nevala (2005), que apontaram para uma queda nos valores europeus do crime e onde Portugal surge como um dos países da Europa com uma menor taxa de relatos de vitimação. A este propósito, verifica-se na Europa uma diminuição nos crimes contra a propriedade, sendo esta justificada pelo crescente aumento das preocupações ao nível da segurança (MAI, 2012, 2013). Salienta-se ainda que alguns países apresentaram valores criminais mais elevados (e.g., Irlanda, Reino Unido, Estónia, Holanda e Dinamarca) comparativamente com outros, em que se verificam taxas de criminalidade mais baixas (e.g., Espanha, Hungria, Portugal e Finlândia). Esta discrepância é atribuída a determinados fatores como a urbanização e a proporção de jovens na população.

Contudo, de acordo com os dados inscritos no estudo do Eurobarómetro - Public Opinion in the European Union (2013) o crime/insegurança surge em quinto lugar na média das principais preocupações dos cidadãos europeus.

Os valores apurados em 2012, que traduzem um decréscimo das participações relativas à criminalidade geral, bem como à criminalidade violenta e grave, contrariam a tendência que parece vir a registar-se ao nível do sentimento de insegurança e do medo do crime na nossa sociedade (MAI, 2012). Não se pode descurar que os relatórios oficiais englobam apenas a criminalidade registada, não contemplando a eventual existência de cifras negras. Nesta linha de pensamento e de acordo com Fernandes e Rêgo (2011) apenas cerca de 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade são reportados aos órgãos de polícia criminal. Aliás, de acordo com Almeida e Alão (1995) cerca de 72% da população, por diversos motivos (e.g., considerar que a polícia não iria fazer nada ou que não se iria

interessar), não reportou às autoridades competentes ter sido vítima de crime. Paralelamente ao que se verifica noutros países europeus, também em Portugal se regista “alguma desconfiança dos cidadãos face às autoridades” (Frias, 2004, p. 8).

De acordo com Lab (2013) os dados obtidos, quer por via das autoridades competentes, quer oriundos dos inquéritos de vitimação, indicam que menos de 10% da população foi vítima de crime. Não obstante e segundo o mesmo autor, várias investigações apontam que cerca de 40 a 50% da população expressa sentimentos de insegurança. Um estudo levado a cabo por Frias (2004), que tentou perceber a existência de uma relação entre vitimação e sentimento de insegurança, concluiu que as vítimas de crime adotam comportamentos cautelares face aos que não o foram. Nesta ótica, um outro estudo, desenvolvido pela APAV (2002), concluiu que este tipo de criminalidade associada à vitimação pessoal através de violência física ou psicológica gera nas pessoas elevados sentimentos de medo e insegurança.

## **2. A construção do/s sentimento/s de (in)segurança**

Viver sem a presença de crime, de violência e de medo na sociedade constitui um dos direitos básicos dos cidadãos, conforme é preconizado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (MAI, 2009).

A análise do comportamento criminal (crime) e da violência deverá atentar aos contextos a partir dos quais se produzem. Não obstante, “o crime é alvo de uma construção social, cujo produto será, entre outros, o sentimento de insegurança” (Rêgo & Fernandes, 2012, p. 51). Nesta corrente de ideias e em consonância com Fernandes e Rêgo (2011), apesar de Portugal ser um país que apresenta uma baixa criminalidade, assistimos a um aumento dos sentimentos de insegurança, “o que nos tornaria um povo irracionalmente medroso” (p. 168). Assim, o conceito de insegurança pode ser concetualizado como “um dado posicionamento interpretativo face à realidade criminal, discurso produtor de significados sobre o crime e a desordem” (Machado, 2004, p. 129).

De acordo com vários autores (e.g., Dias, 2010; Lourenço & Lisboa, 1996) os sentimentos de insegurança surgem através da manifestação de um conjunto de inquietações, ameaças, ansiedade, desconfiança, angústias, perturbações ou medo cristalizado sobre o crime numa determinada realidade. Na ótica de Ferraro (1995, como citado por Lab, 2013) os sentimentos de insegurança englobam uma resposta emocional de temor e ansiedade face ao crime ou a um símbolo que a pessoa associe ao crime. O facto é que o/s sentimento/s de

insegurança assumem-se perante a população como um fator inibidor da qualidade de vida (Heitor, 2007).

As razões que estão por detrás da construção do sentimento de insegurança têm sido objeto de estudo por diversos autores (Oliveira, 2006). Vários autores defendem que este é resultante de uma mera construção social, que tem origem sobretudo nos *mass media* e no discurso político (Fernandes, 2000, como citado por Oliveira 2006; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2000). De acordo com o MAI (2012, p. 30) contribui para este sentimento a “intensa mediatização” deste fenómeno criminal por parte dos meios de comunicação social. Esta mediatização ocorre sobretudo quando se trata de um crime violento, como é o caso dos homicídios conjugais, estabelecendo uma associação a uma extrema vulnerabilidade das suas vítimas, como ilustra o título da notícia: “Homem mata mulher à facada” (publicado em 19/06/2014, Correio da Manhã).

Segundo Fernandes e Rêgo (2011) os sentimentos de insegurança não resultam diretamente da experiência/vivência do ato criminal, mas antes do seu efeito ao nível psicológico, que atenta à convergência de uma multiplicidade de fatores no tecido social. Estes afetam as formas de interação e de convivência social traduzindo-se em atitudes de desconfiança e tendem a desencadear respostas defensivas por parte da população (Heitor, 2007). Outros autores defendem ainda que os sentimentos de insegurança estão interligados à criminalidade (e.g., Frias, 2004; Oliveira, 2006; Rêgo & Fernandes, 2012).

Porém, o crime não pode ser entendido como causa única do sentimento de insegurança (Frias, 2004). Segundo Machado (2004), a insegurança encontra-se interligada a três grandes temáticas: o crescimento do medo, o crescimento do crime (especialmente o crime violento) e o estabelecimento de uma relação de causalidade entre a insegurança e criminalidade, o que nos leva a crer que quanto maior for o receio de ser vítima de um crime maior será o seu sentimento de insegurança. Contudo, segundo Roché (1991, como citado por Lourenço & Lisboa, 1996) o sentimento de insegurança terá de englobar não só a presença destes como de outros fatores, nomeadamente a interligação do aumento da criminalidade com um processo de seleção e construção social do crime como risco.

A nível nacional, o inquérito de vitimação realizado na área metropolitana de Lisboa, no ano de 1992, concluiu que 46% dos indivíduos relatavam sentimentos de insegurança ao andarem a pé nos seus bairros à noite (Machado, 2004). Por sua vez, segundo um estudo levado a cabo pela APAV (2012) apenas 19% da população inquirida considera a sua zona de residência como insegura ou perigosa, embora este sentimento de insegurança e perigosidade seja exponencialmente elevado durante a noite. Num outro estudo, também realizado pela

APAV (2002) na área metropolitana de Lisboa, apurou-se que a criminalidade, a droga e a insegurança foram identificados pela maioria da população inquirida como os três problemas mais graves. Já na área metropolitana do Porto, um estudo realizado por Machado e Manita (2000) concluiu que a população vive a insegurança de forma intensa e generalizada, sugerindo proporções mais graves do que o próprio crime.

Portugal, à semelhança dos restantes países da Europa, tem demonstrado um elevado interesse pelas questões relacionadas com a violência, a criminalidade e a insegurança, assumindo-se estas temáticas como um problema social de preocupação generalizada (Frias, 2004; Lourenço & Lisboa, 1996). Assim, o Estado não se tem mostrado indiferente a esta problemática, verificando-se a criação de diversos mecanismos prioritários no âmbito da segurança interna para a erradicação e mitigação dos fatores de insegurança, promovendo desta forma uma plena cidadania através de políticas de segurança que privilegiam a defesa dos cidadãos e dos seus bens, a proteção de pessoas em situação de maior vulnerabilidade, bem como o controlo das fontes de perigo (MAI, 2012). Exemplos destas estratégias são, por um lado, o reforço das ações no âmbito do policiamento de proximidade e da segurança comunitária, com o objetivo de estabelecer uma maior e melhor relação entre os cidadãos e os elementos das forças de segurança. Por outro, intensificou-se o controlo das principais fontes de perigo, privilegiando a prevenção e mitigando os diversos comportamentos que colocam em risco a segurança das comunidades (MAI, 2012).

Mais recentemente, de acordo com o MAI (2013) os três primeiros eixos de atuação têm como principal objetivo a implementação de estratégias que permitam uma maior segurança à população (e.g., reforço da presença e da visibilidade das forças de segurança).

### **3. Perceções genderizadas sobre o crime/sentimento de insegurança**

Um inquérito de vitimação realizado em 1994 concluiu que as mulheres, os idosos e os sujeitos com nível de instrução superior demonstram maior receio de vitimação (Almeida & Alão, 1995). Nesta linha de pensamento, outro estudo, concretizado pela APAV (2012), apurou a existência de um aumento do sentimento de insegurança por parte das pessoas idosas, atendendo à conjuntura atual no nosso país. Frias (2004) corrobora esta ideia, mas vai mais longe, asseverando que as razões que impulsionam as mulheres a serem mais inseguras do que homens, podem ser explicadas pela existência de uma maior vulnerabilidade física por parte das mulheres, aliado ao facto de estas assumirem com maior naturalidade os seus medos. Realce-se que, apesar de as mulheres apresentarem superiores níveis de insegurança

face ao crime (Lab, 2013; Machado & Manita, 2000), estas são menos vitimadas comparativamente aos homens (Cusson, 2007).

Este fenómeno é conhecido pelo paradoxo medo-vitimação (Haghighi & Sorensen, 1996, como citados por Machado & Manita, 2000). Para a sua ocorrência contribui a vulnerabilidade real face ao crime e a vulnerabilidade percebida pela/s mulher/es, nomeadamente através da sua perceção como frágil, desprotegida e incapaz de reagir (Machado & Manita, 2000).

Nesta ótica, um estudo conduzido por Machado (2004) concluiu que o género não parece determinar diferenças fundamentais entre os indivíduos que ocupam a mesma posição de medo. Neste sentido, ao nível da comparação dos sexos não se verificaram alterações consideradas significativas no âmbito da estrutura discursiva, pelos indivíduos que apresentavam um discurso de medo e o grupo “sem medo”. Assim, “o género poderá determinar uma maior tendência para se ocupar uma dada posição, mas não parece alterar de forma significativa o modo como esta é construída” (Machado, 2004, p. 262).

## **Capítulo II. Violência Doméstica e Inseguranças**

### **1. Sobre a Violência Doméstica**

Supostamente a ideia de conjugalidade deveria andar associada exclusivamente às ideias de bem-estar, amor, afeto e estabilidade emocional. Não obstante a família devesse proporcionar “uma fonte vital de consolo e conforto, amor e companheirismo” (Giddens, 2009, p. 177) a realidade é que nem sempre é assim. Daí que não raras vezes aconteça precisamente o contrário e aquele que deveria ser um espaço de segurança e conforto torna-se num local de inquietação ou até de medo. Giddens (2009) chega mesmo a afirmar que “a casa, é de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna” (p. 196). Também Pais (1998, como citado por Matos & Machado, 1999, p. 374) descreve a família como “um espaço de dois espaços – amor e violência”.

Nas últimas décadas esta temática tem assumido destaque nacional e internacional fruto de um reconhecimento social, “porque atenta contra os direitos e contra a qualidade de vida de muitas pessoas e comunidades” (Antunes, 2003, p. 47) e por isso salta para a ordem do dia e passa a ser reconhecida como um grave problema social.

Realça-se que já em 2005 a violência doméstica era reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um dos maiores problemas internacionais de saúde pública (Manita, 2005). Destaque-se aqui o papel fundamental dos movimentos feministas, na década de 70, inseridos na perspetiva criminológica da Criminologia Radical, que chamam a atenção para este tipo de problemas da sociedade capitalista que espelham falta de “consciência de classe” (Dias & Andrade, 1997, p. 62), levando ao seu debate no meio popular e académico (Giddens, 2009; Hoyle & Zedner, 2007; Neves & Nogueira, 2004; Vandenburg, 2004).

A este propósito Mawby e Walklate (1994, p. 79) apelidaram de “*Feminismo Radical*” o movimento que se insurgiu contra a opressão das mulheres por parte dos homens, que se traduzia em violência masculina sobre as mulheres, mais concretamente em violação e em abuso físico e psicológico. Importa referir que a violência doméstica está legalmente identificada como crime e é um fenómeno que engloba um conjunto de tipologias de vitimação (e.g. violência conjugal, maus-tratos infantis, violência contra deficientes, violência sobre idosos) (Sani, 2008).

Os dados do Relatório Anual de Segurança Interna (MAI, 2013) destacam a gravidade deste fenómeno. Assim, em 2013 as participações registadas pelas forças de segurança (incluindo GNR, PSP e PJ) aumentaram face ao ano civil anterior, contando 27318 participações em 2013 e 26678 em 2012. Em média, foram rececionadas em 2012, 1978 participações por mês, o que corresponde a uma média de cerca de 66 queixas por dia (MAI, 2013). Já no que respeita ao primeiro semestre de 2013 foram registadas 12780 participações por violência doméstica, correspondendo a uma taxa de variação positiva de 3.7% comparativamente ao período homólogo de 2012 (MAI, 2013). Contudo, podemos afirmar que esta tipologia criminal tem sido alvo de várias oscilações ao longo dos anos. Em concreto, em 2012 as participações diminuíram em cerca de 10% comparativamente com o ano civil de 2011, que contou com um total de 28980 participações, mas aumentaram em 2.4% em 2013.

Um estudo levado a cabo pela OMS (2002) concluiu que entre 10% a 69% das mulheres inquiridas revelaram ter tido algum episódio de violência física por parte do seu parceiro e que entre 4% a 6% dos idosos afirmou ter sido vítima de alguma forma de violência no seio do lar. Outros estudos indicam que entre 25% e 50% das crianças revelam ser alvo de agressões físicas graves por parte dos seus progenitores (Quaresma, 2012).

No entanto, é importante considerar que uma das fragilidades apontadas pelas estatísticas oficiais é o facto de estas traduzirem a criminalidade aparente e não a real (Lourenço & Lisboa, 1996).

Além disso, no que concerne à atuação das entidades judiciárias, um estudo levado a cabo por Andrade (2012), no qual foram entrevistados magistrados no âmbito do crime de violência doméstica, concluiu que a legislação existe, mas não parece ser suficientemente resistente de forma a garantir a plena proteção e direitos da vítima. Neste sentido, será desejável uma melhor resposta a este flagelo, de forma a agilizar e a tornar mais eficaz todo o trâmite processual, contribuindo por um lado para uma credibilização enquanto medida dissuasora para o agressor e por outro de proteção para a vítima.

## **2. A Violência Conjugal**

A violência conjugal durante muito tempo manteve-se oculta na privacidade das famílias (Matos, Machado, Santos, & Machado, 2012).

De um modo geral, define-se violência como qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro, ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades dessa pessoa (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009). A violência sempre existiu, desde os povos mais antigos, mas só se tornou motivo de inquietação na época contemporânea, nomeadamente a partir da década de 70 (Matos, Machado, Santos, & Machado, 2012).

Deve ser efetuada uma distinção concetual, uma vez que a violência conjugal é muitas vezes referenciada como violência doméstica, familiar, ou maus tratos familiares (Gonçalves, 2004). Assim, a violência conjugal é uma ramificação do crime de violência doméstica, sendo este último mais abrangente, incorporando para além da violência contra o/a cônjuge ou ex-cônjuge, a violência contra os progenitores de descendente comum em 1º grau e contra pessoa particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou dependência económica, que com o agressor coabite (Santos, 2008).

Nesta corrente de ideias, a violência conjugal corresponde à forma mais comum de violência interpessoal em todo o mundo (Almeida & Soeiro, 2010). De acordo com Gonçalves (2004) este tipo de violência ocorre maioritariamente no interior da residência e “abarca um conjunto variado de atos agressivos que se distinguem entre si pela sua gravidade, mas que têm em comum o facto de serem exercidos por um elemento do casal (geralmente o homem) sobre o outro, de forma consciente” (p. 543).

À luz do atual Código Penal, com a entrada em vigor da Lei nº 60/2013, de 23 de agosto, a violência conjugal constitui um crime, tipificado no art.º 152, que é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos. Mais ainda, trata-se de um crime público, o que significa que o

Ministério Público tendo conhecimento da sua ocorrência tem obrigatoriamente de determinar o início de um inquérito para proceder à investigação dos factos, até que seja lavrado despacho de acusação ou, ao invés, de arquivamento.

Como pena acessória do crime subjacente à violência conjugal pode ser aplicada a proibição do contacto com a vítima, incluindo o afastamento da residência ou do local de trabalho desta e o seu cumprimento pode ser fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância (Santos, 2008). Por último, atendendo à gravidade do crime em causa pode o agente ser inibido do exercício das responsabilidades parentais, da tutela ou da curatela.

Por outro lado, no que respeita ao apoio às vítimas deste flagelo, o Estado não se mostrou indiferente e através da implementação da Lei n.º 107/99, de 3 de agosto, foi estabelecido o quadro legal da rede pública de casas de apoio às mulheres vítimas de violência, cabendo ao Estado, através do Governo, assegurar a respetiva criação, instalação, funcionamento e manutenção. A referida Lei foi objeto de regulamentação pelo Decreto-lei n.º 323/2000, de 19 de dezembro.

Por sua vez, a Lei n.º 129/99, de 20 de agosto, aprovou o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às mulheres vítimas de violência conjugal, considerando como beneficiárias desse regime as mulheres que sejam vítimas do crime previsto no n.º 2, do art.º 152 do Código Penal, praticado em território Português (ou no estrangeiro, desde que a vítima tenha nacionalidade Portuguesa e não tenha direito a indemnização pelo Estado em cujo território se verificarem os factos), e que incorram em situação de grave carência económica em consequência da prática desse crime. A este propósito, a Lei n.º 112/2009 de 16 de setembro, que prevê a configuração do estatuto da vítima e consagra um normativo de direitos e deveres no âmbito do processo penal, assumiu-se como um importante dispositivo legal de proteção daqueles que são alvo de violência doméstica. Esta Lei “declara a possibilidade de proteção da vítima com recurso a meios técnicos de teleassistência, visando dotar a vítima de mecanismos adequados a assegurar a proteção de bens jurídicos essenciais, nomeadamente, a sua integridade física” (Quaresma, 2012, p. 60).

Estas recentes alterações da Lei, em conjunto com as mudanças implementadas no âmbito dos planos nacionais de combate à violência doméstica (e.g., campanhas de informação, qualificação dos profissionais), têm-se refletido numa visibilidade crescente do fenómeno (MAI, 2011, 2012, 2013).

Refira-se a título exemplificativo a resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013 de 8 de março que estabelece medidas para promover a igualdade de oportunidades e de

resultados entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Fruto dos avanços desenvolvidos no âmbito do apoio a vítimas de violência conjugal, atualmente já nos encontramos a cumprir o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017). Este assenta sobretudo nos pressupostos da convenção de Istambul e Portugal foi o primeiro país da União Europeia a retificar esse documento, em Fevereiro de 2013, alargando o seu âmbito à violência de género.

A nível europeu um estudo do European Union Agency for Fundamental Rights (2014), refere que 43% das mulheres indicam alguma forma de violência física e psicológica nos seus relacionamentos, tanto com o parceiro atual como com parceiros anteriores.

O Conselho da Europa, com os seus 47 Estados-Membros, assume com a convenção de Istambul o propósito de se criar uma “Europa livre de violência contra as mulheres e de violência doméstica” (resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 31 de dezembro).

Certo é que a violência conjugal não escolhe género, idade ou estrato social, qualquer pessoa pode ser vítima de violência dentro do seu próprio lar (Marques, 2009; Quaresma, 2012). No entanto, tem vindo a verificar-se que são as mulheres quem mais sofre este tipo de violência e de uma forma mais continuada (Almeida & Soeiro, 2010). Segundo Ravazola (1997, como citado por Matos, 2003), os homens maltratados representam uma minoria e nos casos em que a mulher é a agressora verifica-se normalmente que o é em autodefesa.

Este tipo de crime compreende várias formas de agressão, nomeadamente os maus-tratos físicos (e.g., pontapear, esbofetear), psicológicos (e.g., humilhar, insultar) e sexuais (e.g., submeter a práticas sexuais não consentidas), o isolamento social (e.g., proibir a utilização do telefone, proibir o contacto com amigos), a intimidação (e.g., através de olhares e gestos), as ameaças (e.g., à integridade física) e o controlo económico (e.g., impedir acesso ao dinheiro ou impedir participação no emprego) (Matos, 2003).

O aumento das participações referentes a este crime reflete uma crescente desocultação do fenómeno e, como consequência, reforça a necessidade de práticas eficazes de monitorização do risco em que as vítimas se encontram e de intervenções profícuas (MAI, 2011, 2012, 2013; Matos, 2012). De acordo com o MAI (2013) e à semelhança do ano anterior (2012) a violência contra cônjuge ou análogo surge como o quinto crime mais participado, com 22247 participações em 2012 e 22928 em 2013, traduzindo-se num aumento de 3.1% de um ano para o outro. De acordo com a mesma fonte, destaca-se também o acréscimo dos homicídios conjugais em 37 % face a 2011, totalizando 37 mortes. Já em 2013 o número de homicídios conjugais/passionais aumentou para 40, com 30 vítimas do sexo feminino e 10 do sexo masculino (MAI, 2013). A este propósito, um estudo levado a cabo por

Lisboa, Barroso, Patrício, e Leandro (2009), refere que em média cerca de uma em cada três mulheres, com idade superior a 18 anos, diz ter sido vítima de violência conjugal (em 2007 ou em anos anteriores).

Esta nova realidade exigiu uma correlativa transformação ao nível legislativo, bem como em termos da intervenção dos profissionais de ajuda, existindo ainda alguns obstáculos e a necessidade de adotar algumas medidas, como a sua formação contínua e capacitação.

Importa realçar que entre as razões que levam as vítimas de violência conjugal a não prestar declarações ou até a desistir da queixa destacam-se a falta de confiança no sistema de justiça, a morosidade do processo, ou experiências de insatisfação com as forças policiais ou com o sistema judicial (Andrade, 2012). A este propósito para uma mais eficaz intervenção policial foi criado, exclusivamente para polícias, um manual de avaliação do risco de violência conjugal (Almeida & Soeiro, 2010).

Neste seguimento, podemos dizer que as vítimas de violência conjugal quando comparadas com vítimas de outros tipos de crime apresentam contingências específicas, tais como a multivitimação (experiências continuadas de vitimação), a destruturação da rede primária de apoio (pouca eficácia da rede de suporte) e a vitimação indireta da família alargada (pela prestação de auxílio à vítima) (Cunha & Gonçalves, 2011). Estes fatores em muito contribuíram para as alterações consideradas hoje como fundamentais ao nível legislativo e que realçam a premência da atuação junto do agressor, com a finalidade de incrementar uma atuação mais ampla e eficaz (Cunha & Gonçalves, 2011). Convém não descurar também o facto de que, se por um lado as vítimas de violência conjugal querem acabar com a violência a que são sujeitas, por outro muitas vezes não pretendem deixar os companheiros, nem querem que estes sejam condenados, daí que se torne fundamental concentrar esforços na intervenção com os ofensores, no sentido de reduzir, ou na melhor das hipóteses eliminar, o risco de revitimação (Manita, 2005).

A literatura é parca no âmbito dos sentimentos de insegurança em vítimas de violência conjugal. De outro ponto de vista, podemos referir que as mulheres estão sujeitas a crimes tipicamente não participados às autoridades competentes (e.g., violência conjugal, crimes sexuais), originando um número menos significativo ao nível das estatísticas oficiais, e promovendo o aumento das cifras negras (Machado & Manita, 2000).

No entanto, considera-se que o fenómeno de violência conjugal constitui um importante fator explicativo da insegurança feminina, “quer pela sua real e ignorada dimensão, quer por constituírem um pano de fundo violento do que é a existência quotidiana de muitas mulheres” (Machado & Manita, 2000, p. 9).

### **3. Violência Conjugal: igualdade VS desigualdades de género**

A desigualdade entre os sexos remete-nos para a antiguidade pois já no pensamento Grego se considerava que a ordem e a razão eram fatores pertencentes ao homem, enquanto a irracionalidade e a desordem eram pertença da mulher (Nogueira, 2001, como citado por Dias & Machado, 2008).

Desde muito cedo que o/a cidadão/cidadã comum assume, por meio de estereótipos implícitos ou explícitos na literatura clássica, que os homens são os dominadores e as mulheres as dominadas (Barbosa, 2009). Esta desigualdade era baseada sobretudo nas diferenças biológicas, considerando-se que a mulher era portadora de características negativas que sustentavam a sua inferioridade, pensamento que se manteve até ao Iluminismo (Barbosa, 2009).

A literatura refere-se à violência de género em virtude desta resultar da perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres (Manita, Ribeiro, & Peixoto, 2009). Interessa, por isso, estabelecer a diferenciação entre os conceitos de “sexo” e “género”, desenvolvida durante a segunda guerra do feminismo (Nogueira, Neves, & Barbosa, 2005). No âmbito dos movimentos feministas, bem como da emancipação feminina, o conceito de género tem tido uma grande influência (Barbosa, 2009).

Numa visão diferencialista pode dizer-se que o sexo corresponde à identidade biológica, sendo que o género já abarca noções de construção e de significado (Dias & Machado, 2008). Nesta linha de pensamento, por um lado o sexo corresponde às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem o corpo masculino e feminino e por outro o género diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos do sexo masculino e feminino (Giddens, 2009). Ainda a este propósito, segundo Crawford (1995, como citado por Dias & Machado, 2008) a distinção entre estes dois conceitos tratou-se de uma tentativa significativa de distinguir o biológico do social, permitindo uma visão crítica das diferenças entre os papéis de género.

Efetivamente ser masculino ou feminino numa determinada cultura, não obstante ser identificado como uma aparente condição “natural”, está ligado ao género, de modo que o que representa ser homem ou mulher está construído sobre essa prescrição (Nogueira, Neves, & Barbosa, 2005). Contudo, num estudo comparativo de ambos os sexos, realizado por Lisboa (2009), concluiu-se que a violência exercida contra os homens é diferente da violência exercida sobre as mulheres. Em concreto, a primeira enquadra-se na violência geral e a segunda, na maioria das vezes, na violência conjugal, uma vez que tem subjacente

desigualdades de género e dependência económica, social e culturalmente construídas ao longo do tempo.

A violência conjugal, na maioria dos casos, contra as mulheres, revela uma forma extrema de resolver conflitos, de marcar uma posição pessoal em processos de decisão e de “corrigir” comportamentos da vítima com os quais se discorda. Em consonância com Dias e Machado (2008), a revisão de vários estudos interculturais e antropológicos sugere que a violência conjugal é indissociável da questão de género.

Em suma, é comum as vítimas de violência conjugal sentirem-se dominadas, subordinadas, incompetentes, sem valor e com medo e é este “*viés androcêntrico*” (Neves & Nogueira, 2004, p. 16) que vem sendo cada vez mais questionado socialmente em benefício da emancipação e libertação das mulheres. Esta, que começou por ser uma batalha feminista, não pode ser descurada e a responsabilidade de continuar a desmascarar e a desconstruir estereótipos baseados na diferenciação entre sexos é da responsabilidade de todos/as.

#### **4. Impacto da vitimação conjugal**

Para uma tomada de decisão mais concertada sobre o apoio a fornecer às vítimas é de extrema utilidade proceder a uma avaliação do impacto/dano, seja ele físico, psicológico, sexual, social, económico, entre outros. As consequências decorrentes da violência conjugal são influenciadas por múltiplos fatores, como as características da própria violência, os recursos pessoais e retaguarda de apoio, assim como a capacidade decisória da vítima e de concretização autónoma de projetos de futuro que se apresentem como alternativos à vivência passada. Esta avaliação, essencialmente nas suas vertentes física e psicológica, deverá ser preconizada por técnicos especializados, nomeadamente das áreas médica e/ou psicológica.

Por se tratar de dinâmicas familiares que envolvem um conjunto de sentimentos e em que aqueles que supostamente deveriam dar afeto e transmitir segurança são precisamente os que incorrem em comportamentos hostis e danosos, as vítimas ficam muitas vezes amarradas a construções sociais e culturais que as reduzem a um determinismo e a uma subjugação da qual não se conseguem libertar, o que as torna inseguras e cétricas quanto à possibilidade de mudança. Atendendo às dinâmicas da violência conjugal e às características das vítimas, como o facto de não raras vezes se apresentarem passivas, emocionalmente dependentes e deprimidas, compreende-se que em muitas situações não tenha surgido o pedido de ajuda pela vítima (Matos, 2003).

A literatura da área aponta para cinco formas distintas nas quais a cultura também terá influência ao nível do impacto da violência conjugal nas vítimas. Em concreto, considera-se que a cultura afeta a manutenção na relação abusiva, as consequências psicológicas da violência, as formas de enfrentamento que a vítima usa para lidar com esta, o suporte social subjacente e o comportamento associado ao pedido de ajuda (Machado & Dias, 2010). Viver no âmbito de uma relação conjugal violenta é extremamente debilitante para a vítima, chegando mesmo a afetar seriamente o seu funcionamento psicológico (Sani, 2008). Tal como defende a European Union Agency for Fundamental Rights (2014), a vitimação por parte de parceiros faz com que as vítimas sofram de uma perda de autoconfiança e autoestima e concomitantemente de um aumento da ansiedade e vulnerabilidade percebida. De acordo com Levendosky e Graham-Berman (2001, como citados por Sani, 2008) as mulheres que experienciam violência doméstica apresentam níveis de stresse superiores às que não vivenciam esta situação. Considera-se que a gravidade do dano depende da experiência e perceção específicas da própria vítima, na medida em que para muitas vítimas as consequências psicológicas a longo prazo acarretam efeitos mais danosos do que a própria agressão física (European Union Agency for Fundamental Rights, 2014).

O impacto da violência ocorre em vários níveis e vai-se manifestando a curto, médio e longo prazo. Existem alguns indicadores que vêm sendo adscritos a este impacto, dos quais se destacam: 1) distúrbios cognitivos e de memória (e.g., confusão mental, memórias recorrentes do trauma); 2) comportamentos depressivos ou de evitamento (e.g., isolamento, baixa autoestima); 3) distúrbios de ansiedade (e.g., hipervigilância, ataques de pânico); e, 4) outros prejuízos, como alterações na sexualidade (muito característica da presença de violação marital), comportamentos aditivos (e.g., de álcool), desordens do sono e do apetite (Matos, 2011; Walker, 1994, como citado por Matos, 2003). Para além destes, a literatura destaca ainda a Perturbação de Stress Pós Traumático (P.T.S.D.) como uma psicopatologia comum nestes casos (Matos, 2005). De acordo com Quaresma (2012), as mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, seja física, sexual, ou emocional, necessitam entre quatro a cinco vezes mais de cuidados psiquiátricos e tentaram o suicídio mais cinco vezes comparativamente com as mulheres em geral.

Contudo, e porque estas experiências normalmente alteram todo o funcionamento regular da vida destas vítimas, há outras áreas tipicamente afetadas, tais como: 1) a laboral (e.g., absentismo, despedimento, decréscimo na produtividade); 2) a parental (e.g., comprometimento do papel de mãe, alterações futuras de vida); 3) a relacional (e.g., distância imposta do seu círculo de relações); 4) sociocultural (e.g., adesão a mitos, legitimação e

tolerância de atitudes abusivas); e 5) a atribuição de significados associados à vitimação (e.g., adesão a estereótipos, receio de estigmatização) (Machado & Dias, 2010; Matos, 2005).

De acordo com Machado e Dias (2010) importa ainda destacar três outras áreas frequentemente prejudicadas. Em primeiro lugar, a económica, nos casos em que a vítima depende economicamente do agressor não dispendo de recursos que lhe permitam autonomizar-se. Em segundo lugar, a familiar, nos casos em que o apoio e os laços com outros elementos da família (e.g., pais, avós) são interrompidos pela distância e muitas vezes pela fuga que se pretende o mais anónima possível (Machado & Dias, 2010). Por último, a comunitária, quando se torna normativo um distanciamento de toda uma rede de apoio (e.g., igreja, escola, centro de saúde), promovendo o contexto de isolamento e tensão interpessoal.

Considera-se, todavia, que cada situação deve ser avaliada individualmente e o técnico não deve olvidar que existem elementos que funcionam como itens de mensuração da gravidade do impacto e que podem fazer com que este seja ténue para algumas vítimas (Ehrensaft & Vivian, 1996, como citado por Bograd & Mederos, 1999). Falamos a este propósito em indicadores como a gravidade e frequência da violência perpetrada, o *background* familiar e toda a rede de suporte social, o significado subjetivo atribuído por parte da vítima à violência, a sua capacidade de enfrentamento adaptativo das situações, a interação com o sistema de justiça e, essencialmente, a sua abertura para a mudança e para a consequente desconstrução desta realidade (Matos, 2011).

Por último, uma das preocupações que a este nível tem sido retratada na literatura por vários investigadores (Correia & Vala, 2003; Gonçalves & Machado, 2003; Sani, 2002) prende-se com a vitimação secundária. Este fenómeno continua atualmente a ser potenciado pelas diferentes entidades que contactam com as vítimas. Uma dessas entidades é o sistema de justiça penal e a este nível a vitimação secundária parece resultar em grande medida da discrepância de interesses entre a vítima e o sistema de justiça penal. Realce-se que “... as vítimas inocentes além de terem de se confrontar com as consequências negativas provocadas pelo fenómeno que as vitimizou, são vitimizadas uma segunda vez, pelas outras pessoas que com elas interagem (hetero-vitimização secundária), ou por elas próprias (auto-vitimização secundária)” (Correia & Vala, 2003, p. 341).

As expectativas da vítima são muitas vezes frustradas pelos órgãos de justiça e os procedimentos necessários à obtenção de prova podem ser por si só intrusivos e potencialmente traumáticos (e.g., realização de exames médicos), sobretudo se elaborados sem especial cuidado (Gonçalves & Machado, 2003). No contacto das vítimas com o sistema de justiça penal, a entrevista pode ser um episódio muito traumático, o que requer um especial

cuidado na sua abordagem por parte do técnico para não aumentar o trauma ou negativar ainda mais o impacto (Sani, 2002).

### **Capítulo III. Estudo Empírico**

#### **1. Objetivos**

A violência conjugal é um assunto que concentra em si, atualmente, uma grande atenção da sociedade e da comunidade científica e que, para além de afetar anualmente um número significativo de famílias, tem sido alvo de diversas transformações e evoluções, sobretudo em matéria penal.

O risco de violência conjugal ocorre principalmente nas mulheres (Machado, 2004). De acordo com Lourenço, Lisboa, e Pais (1997), 52.2% das mulheres entrevistadas tinham sido alvo de pelo menos um ato de violência e a casa era o contexto em que esta mais ocorria. Assim, acredita-se que este tipo de violência constitui um importante fator explicativo da insegurança feminina (Machado & Manita, 2000).

Nesta corrente de ideias e atendendo a que a violência conjugal diz respeito a uma forma de violência muito presente na nossa sociedade, é nosso intuito com este estudo explorar o modo como as mulheres vítimas de violência conjugal constroem o/s sentimento/s de (in)segurança, tentando perceber se a sua experiência de vitimação contribui para tal sentimento. Assim, pretende-se identificar que elementos concorrem para a construção dos sentimentos de (in)segurança em mulheres vítimas de violência conjugal e compreender se a vivência de uma relação conjugal violenta aumenta os sentimentos de insegurança.

#### **2. Metodologia**

Qualquer investigação carece de fundamentação e enquadramento metodológico: quando falamos em ciência referimo-nos a um conjunto de métodos, técnicas, instrumentos, amostra e *design* da investigação, que permitirá descrever, prever, compreender e/ou explicar uma determinada realidade (Almeida & Freire, 2003).

Em concreto, a utilização de uma metodologia qualitativa deverá atender às dinâmicas subjacentes às experiências de cada pessoa, nas perspetivas subjetiva e sociocultural, nomeadamente nos diferentes pontos de vista pessoais e experiências em diferentes contextos,

ou seja a forma como as pessoas atribuem sentido e significado às suas experiências (Marks & Yardley, 2004).

Assim, o *design* do presente estudo assume um caráter qualitativo uma vez que é nosso intuito compreender sentimentos, comportamentos e/ou atitudes (Sousa & Baptista, 2011), explorando os “significados nas ações individuais e nas interações sociais a partir da perspectiva dos autores intervenientes no processo” (Coutinho, 2013, p. 28). Para valorizar a perspectiva das participantes optou-se por recolher os dados através de uma entrevista individual em profundidade. O material empírico assim obtido foi depois integralmente transcrito e sujeito a uma análise temática.

#### **a) Seleção e caracterização da amostra**

De acordo com Coutinho (2013) a amostra corresponde a um “conjunto de sujeitos (pessoas, documentos, etc) de quem se recolherá os dados e deve ter as mesmas características da população de onde foi extraída” (p. 89). Trata-se, portanto, de um subconjunto de uma população ou de um determinado grupo de sujeitos que fazem parte da mesma população alvo (Fortin, 1996).

Neste estudo, os dados foram recolhidos junto de nove mulheres vítimas de violência conjugal, sem patologia psíquica, acompanhadas por um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica de Amarante. Neste estudo, o único critério para a inclusão na amostra foi o de as participantes serem mulheres vítimas de violência conjugal (atualmente e/ou no passado) por parte do/s seus/s companheiro/s. A recolha de dados foi concretizada com as participantes que se mostraram disponíveis para participar na investigação, tratando-se portanto de uma amostra por conveniência.

A idade média das participantes foi de 45 anos, com um mínimo de 23 e um máximo de 64 anos. Ao nível da escolaridade, três tinham o 2º ciclo, enquanto duas tinham o 1º ciclo, duas o 3º ciclo e duas o ensino secundário. À data das entrevistas, embora não tendo sido um critério de inclusão na amostra, verificou-se que todas as participantes já tinham abandonado a relação conjugal violenta. A duração das relações amorosas variou entre dois e 45 anos, com uma média de 19 anos. Contrariamente, a duração da rutura variou entre um mínimo de um mês e um máximo de oito anos, com uma média de cerca de dois anos e seis meses (trinta e um meses).

## **b) Instrumento de recolha e análise de dados**

Nesta investigação os dados foram recolhidos através de entrevistas qualitativas em profundidade, que foram conduzidas a partir de um guião semiestruturado (Pinto, Cruz, & Grangeia, 2014) elaborado propositadamente para este estudo (cf. Anexo 1). Tal opção foi tomada em função dos nossos objetivos de investigação, que apontavam para a necessidade de utilizar uma técnica de recolha de dados que permitisse às participantes expressar os seus próprios pontos de vista e experiências (Coutinho, 2013; Wilkinson, Joffe, & Yardley, 2004).

Como método de recolha de dados, a entrevista tem como principal objetivo a obtenção de informação através de um conjunto de questões que são colocadas ao sujeito (Coutinho, 2013), sendo uma ferramenta muito utilizada nas ciências sociais (Marks & Yardley, 2004; Stewart, Shamdasani, & Rook, 2007). Salienta-se que a entrevista é uma poderosa técnica de recolha de dados em virtude de possibilitar uma interação entre entrevistado e investigador, permitindo a recolha de informação que não conseguiria ser obtida de outra forma (Coutinho, 2013). Além disso, este método de recolha de dados tem o potencial de fornecer *insights* inesperados em fatores que podem não ter sido considerados anteriormente como relevantes (Wilkinson, Joffe, & Yardley, 2004).

Para ser de qualidade, uma entrevista deve promover o relato livre e não respostas do tipo “sim” ou “não”, sendo que inicialmente deverá privilegiar-se a utilização de questões menos sensíveis de forma a promover uma maior empatia e contacto entre as duas partes, evitando juízos de valor e comentários desadequados (Wilkinson et al., 2004).

Quanto ao guião de entrevista desenvolvido para o presente estudo, estruturalmente este encontra-se dividido em três grupos.

Num primeiro momento o guião compreende uma introdução, que engloba a apresentação da investigadora, os objetivos subjacentes à realização da entrevista, o consentimento informado e o pedido de gravação da entrevista em formato de áudio (cf. Anexo 2). Esta fase contempla ainda quatro perguntas que remetem para os dados sociodemográficos (cf. Anexo 3). Por fim, é apresentado o conceito de insegurança.

Numa segunda parte, o guião contempla questões destinadas a explorar a noção das participantes acerca do conceito de insegurança nas mulheres em geral, solicitando a descrição de contextos, pessoas e situações que consideram contribuir para a construção do sentimento de insegurança (e.g., na sua opinião o que é que contribui para as mulheres se sentirem inseguras?; quais os contextos em que as mulheres tendem a sentir maior insegurança?).

Finalmente, o terceiro grupo de questões objetiva a exploração dos fatores que contribuem para a construção do sentimento de insegurança a nível individual (e.g., numa escala de zero a cinco, em que zero é muito inseguro e cinco totalmente seguro como se sente em relação à segurança?; o que pode contribuir para se sentir mais segura? E insegura?).

Os dados foram tratados com recurso à proposta de análise temática de Braun e Clarke (2006), em que esta é considerada um método fundamental para a análise qualitativa e que procura através de um conjunto de dados encontrar padrões ou temas (Braun & Clarke, 2006). Genericamente, pode entender-se a análise temática como uma forma de reconhecimento de padrões repetitivos nos dados, onde os temas emergentes se tornam as categorias de análise (Fereday & Muir-Cochrane, 2006).

A análise temática foi utilizada no nosso estudo, desde logo, pela sua flexibilidade e capacidade de se adequar a dados recolhidos de modos distintos (e.g., com *focus group*, entrevistas) (Braun & Clarke, 2006). Esta decisão prendeu-se também com o facto de considerarmos que a análise temática seria adequada para dar resposta aos nossos objetivos de investigação, uma vez que pretendíamos identificar os principais fatores que, do ponto de vista das participantes, estão associados à construção do sentimento de insegurança nas mulheres.

Seguindo a proposta de Braun e Clarke (2006) o processo de análise temática que desenvolvemos decorreu ao longo de diferentes fases: 1) familiarização com os dados; 2) criação de códigos iniciais; 3) pesquisa de temas; 4) revisão de temas; 5) definição e nomeação de temas; e 6) elaboração do relatório.

Assim, para a análise de cada entrevista começámos pela sua leitura integral de modo a conseguirmos um primeiro entendimento sobre o material empírico. Seguiu-se uma releitura atenta dos dados, para aprofundar o nosso entendimento sobre os mesmos e assim começar a procurar significados e padrões nos mesmos. Nesta fase inicial foram sendo anotadas diversas ideias e comentários potencialmente úteis para a categorização do material empírico, ao que se seguiu o desenvolvimento de códigos iniciais a partir dos dados. Na fase seguinte focámo-nos na exploração das relações existentes entre os vários códigos anteriormente criados, com o intuito de identificar potenciais temas a um nível mais amplo. Como auxílio para este trabalho fomos desenvolvendo várias tabelas, figuras e mapas temáticos. Estas ilustrações gráficas dos dados ajudaram-nos também nas tarefas de revisão, definição e nomeação dos temas, nas quais se pretendia perceber quais os temas mais relevantes, quais não podiam ser considerados efetivamente temas e ainda quais necessitavam de ser separados, agregados e/ou renomeados. Em concreto, pretendia-se nestas fases garantir que os temas identificados eram relevantes e formavam um padrão coerente. Por último, na sexta fase, procedemos à descrição

da história subjacente aos principais temas identificados, tentando mostrar ao leitor a validade da análise dos dados.

Importa notar que, no presente estudo, orientámos o tratamento do material empírico em função de determinados eixos de análise que nos interessava explorar para responder aos nossos objetivos de investigação, em concreto: conceito de insegurança; figuras de (in)segurança para as mulheres; contextos de (in)segurança para as mulheres; e situações de (in)segurança para as mulheres..

### **c) Procedimentos**

Numa primeira fase foi solicitada a cooperação nesta investigação de um gabinete de apoio a vítimas de violência doméstica de Amarante, a fim de sinalizar mulheres vítimas de violência conjugal que pudessem estar interessadas em colaborar no estudo.

Para a recolha de dados foram contactadas pessoalmente as participantes sinalizadas pelo referido gabinete, tendo-lhes sido explicados os objetivos, o método e os procedimentos desta investigação, assim como solicitada a sua presença em data a designar de acordo com a sua disponibilidade. As entrevistas decorreram nas instalações do referido gabinete, concretamente em sala individual. A salvaguarda da confidencialidade dos dados e das identidades das participantes foi garantida, tendo todas as entrevistas sido realizadas mediante o consentimento informado e por escrito das participantes (cf. Anexo 2). As entrevistas realizaram-se entre 19 de março e 14 de abril de 2014.

### **3. Descrição dos resultados**

Neste tópico começamos por descrever as perceções das participantes relativamente ao conceito de insegurança, apresentando os níveis de insegurança que estas atribuem às mulheres em geral e a si próprias, bem como as suas perceções sobre a influência da comunicação social no sentimento de insegurança. De seguida, apresentam-se as figuras, os contextos e as situações que as participantes associam ao sentimento de insegurança. Posteriormente, descrevem-se as perceções das participantes no que respeita à associação entre a (in)segurança e a experiência de vitimação conjugal, bem como aos fatores que associam a maior segurança e a maior insegurança. Por último, apresentam-se as perceções das participantes acerca da atuação das autoridades policiais e judiciárias.

### a) – (In)segurança

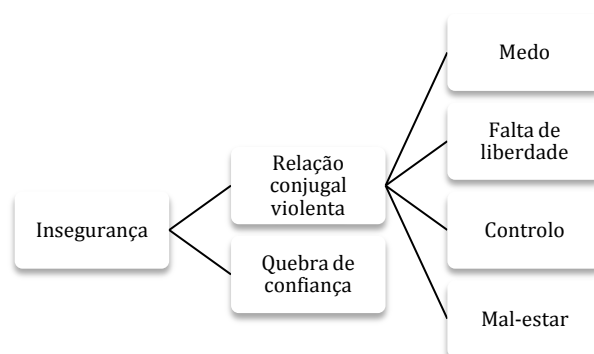
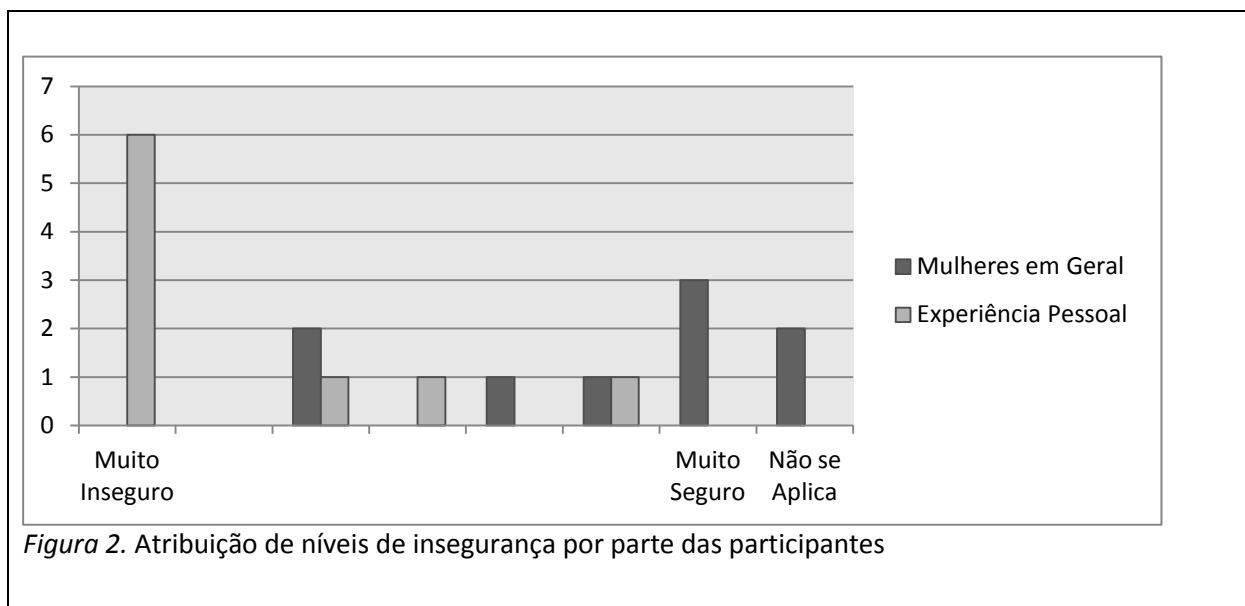


Figura 1. Temas associados ao conceito de insegurança

O conceito de insegurança foi descrito pelas participantes como um sentimento de mal-estar associado à relação conjugal violenta de que padeceram e foi entendido como um malefício que se encontra intrínseco às suas vivências. Este sentimento emerge essencialmente veiculado ao medo e ao controlo constante (e.g., *“insegurança portanto eu tenho medo, tenho medo e sinto-me insegura”* - C, 64 anos), ou à falta de liberdade decorrente do controlo persistente (e.g., *“insegurança para mim é uma pessoa não ter liberdade estar sempre a ser controlada em qualquer momento e por qualquer motivo e sinto-me mesmo insegura mesmo, chegando a ter medo”* - D, 45 anos). Realce-se que uma participante correlacionou o sentimento de insegurança com a quebra de confiança (e.g., *“às vezes as pessoas são cruas, confia-se demais, às vezes uma pessoa confia demais na pessoa e depois acaba por ir abaixo tudo”*) (B, 44 anos). A insegurança foi também encarada pelas participantes como um fator negativo que as impede de desfrutar livremente as suas vidas, sendo que o medo permanece como o elemento preferentemente coligado a este fator (e.g., *“a insegurança é ter medo é não estar segura é eu estar na mesma cidade e não estar segura eu ter medo dele”* - F, 23 anos). Uma participante reconheceu a insegurança como um problema da própria sociedade, pelo que urge intervenção imediata (e.g., *“a insegurança é um fator hoje em dia é número um”* - A, 56 anos). Além disso, as participantes foram unânimes em considerar a segurança como uma necessidade básica de todos/as os/as cidadãos/ãs da comunidade (e.g., *“a segurança acredito que é uma necessidade básica...eu prefiro estar sozinha do que viver no inferno, viver na insegurança”* - E, 28 anos).

Foi solicitado às participantes que atribuíssem níveis de insegurança (zero como muito inseguro e cinco como totalmente seguro) relativamente às mulheres em geral e a si mesmas (cf. Figura 2). No que concerne à perceção de (in)segurança das mulheres em geral, verificou-

se uma oscilação entre o sentimento de segurança e o de insegurança, realçando-se que três identificaram as mulheres como sentindo-se seguras, aplicando o nível máximo. Aqui, uma participante referiu não saber responder a esta questão e outra referiu não saber quantificar afirmando somente que é inseguro. Por sua vez, quando confrontadas com o seu próprio nível de (in)segurança verificou-se que a maioria, em concreto seis mulheres, se posicionaram no zero, afirmando que se sentem muito inseguras (e.g., “*é o máximo é zero eu não me sinto segura de nada nada absolutamente*” - H, 54 anos), conforme consta na Figura 2.



No que concerne à comunicação social, as nove participantes foram unânimes em considerar que esta influencia o sentimento de insegurança/segurança de cada um (e.g., “*a comunicação social influencia muito*” - E, 28 anos), podendo, de acordo com seis participantes, assumir por vezes um papel mais negativo (e.g., “*a comunicação social ao mesmo tempo também nos aterroriza*” - A, 56 anos). Realce-se que duas participantes não deixaram de identificar a sua experiência pessoal neste aspeto (e.g., “*eu as vezes até digo que as notícias que vêm à televisão não haviam de vir... estas notícias que os homens olhe enfim que matam as mulheres eu acho que algumas notícias até os ensinam*” - G, 48 anos), projetando-se nos acontecimentos noticiados (e.g., “*a gente vê muita coisa a gente ouve e consoante acontece às outras mulheres também pode acontecer a mim*” - C, 64 anos).

## ***b) Figuras de (in)segurança***

No que respeita às figuras que contribuem para o aumento do sentimento de insegurança obtivemos oito grandes temas relativamente às mulheres em geral e seis no que concerne à experiência pessoal. A tabela 1 descreve, de forma pormenorizada esses temas bem como o número de participantes que os indicaram.

Tabela 1

*Figuras associadas ao sentimento de insegurança*

Figuras	Mulheres em Geral (n)	Experiência Pessoal (n)
<b>Homens/maridos/Companheiros</b>	n=9	n=9
<b>Familiares</b>	n=5	n=7
<b>Desconhecidos</b>	n=5	n=7
Colegas de Trabalho	n=4	n=3
Toxicodependentes	n=4	n=2
Todas as pessoas	n=4	-
Vizinhos	n=3	n=2
Amigos/as	n=2	-

*Nota.* destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

Da análise da tabela verificou-se que, quer para as mulheres em geral, quer em termos da experiência pessoal, todas as participantes identificaram o sexo masculino como o principal elemento que causa insegurança às mulheres (e.g., “*na minha opinião? Os homens, os maridos*” - G, 48 anos). Ressalve-se que, aquando da descrição das figuras de insegurança para as mulheres em geral, as participantes alertaram que consideram os homens como os elementos iminentemente associados à construção do/s sentimento/s de insegurança nas situações em que as mulheres se encontram numa relação de conjugalidade pautada pela violência (e.g., “*por causa dos homens, é conheço algumas que sim, têm medo dos maridos*” - F, 23 anos). Todavia, tais participantes reconheceram que também existem relações saudáveis (e.g., “*há companheiros boas pessoas mas outros não se pode ter confiança neles...depende*” - G, 48 anos). Uma participante explicitou inclusive a individualidade de cada pessoa e de cada relação amorosa (e.g., “*depende do tipo de marido do parceiro que tenha*” - I, 41 anos). A este nível ainda, destaque-se que uma das participantes teve dificuldade em pronunciar-se sobre a experiência das mulheres em geral, relatando somente a sua própria vivência (e.g., “*eu*

*ao pé do meu estava insegura agora pelas outras não posso falar... é só nele é só dele que eu tenho muito medo” - C, 64 anos).*

Indubitavelmente, os homens foram as figuras mais associadas à insegurança quando as participantes se centravam na sua experiência pessoal, sendo destacados em concreto os próprios ex-cônjuges/ex-companheiros (e.g., *“o perigo muitas vezes está á porta de casa, está dentro das portas” - I, 44 anos*). Tal foi justificado, desde logo, pelos comportamentos de perseguição (e.g., *“aquele senhor mesmo depois do divórcio... perseguia-me por todo o lado” - A, 56 anos*) e de ameaças diretas que estes adotavam para com elas (e.g., *“ não podes falar com ninguém, Deus me livre de eu te ver na rua com alguém ou falar com alguém... não és livre, és mãe dos meus filhos” - B, 44 anos*). A este propósito as participantes fizeram ainda referência aos comportamentos de evitamento que as próprias desenvolveram em relação a tais figuras (e.g., *“passo a minha vida... aonde eu veja que ele não está que... tenho-lhe medo muito medo” - C, 64 anos*), dado o medo que sentiam dos mesmos (e.g., *“eu sinto medo quando ele está perto e quando está a ameaçar-me” - D, 45 anos*).

No que concerne aos familiares, as percepções das participantes sobre as vivências das mulheres na sua generalidade dividiram-se. Em concreto, três participantes consideraram a família como um espaço seguro e que tende a transmitir segurança às mulheres, enquanto cinco consideraram que os familiares são, muitas vezes, figuras de insegurança para as mulheres (e.g., *“é assim às vezes a família também não dá o apoio...e uma pessoa sente-se insegura” - D, 45 anos*). A este nível uma participante mostrou uma posição ambivalente, dada a particularidade de cada caso (e.g., *“depende muito da família depende mesmo muito” - E, 28 anos*). Atente-se que uma participante verbalizou que o tradicional conceito de família e a importância dos laços familiares foram-se perdendo ao longo do tempo (e.g., *“acho que hoje em dia também não há família... não há aquele sentimento que havia antigamente... cada um vive a sua vida cada um está na sua vida” - A, 56 anos*).

No que respeita à experiência pessoal, os familiares são associados a insegurança por mais de metade das participantes, em virtude de estes serem percecionados como figuras de diminuta confiança (e.g., *“eu acho que se calhar a família neste momento não ajuda, estão sempre piorar as coisas” - F, 23 anos*). Apenas duas mulheres consideraram os familiares como figuras de segurança (e.g., *“familiares...viam-me a berrar e o meu filho e eles chamavam a guarda” - G, 48 anos*). Pelo contrário, sete entrevistadas identificaram os familiares como figuras de insegurança, justificando-o pelo facto de estes: (i) as ameaçarem (e.g., *“a família ameaça” - B, 44 anos*); (ii) não lhes proporcionarem apoio (e.g., *“as vezes na*

*família também não dão o apoio” - D, 45 anos); (iii) não serem vistos como confiáveis relativamente à experiência de vitimação conjugal (e.g., “nunca confiei em ninguém sobre a vida que tinha em casa, em ninguém” - H, 54 anos); e (iv) estarem distantes (e.g., “cada um vive a sua vida cada um está na sua vida” - A, 56 anos).*

No que respeita às percepções das participantes sobre a vivência das mulheres em geral, mais de metade da amostra identificou os desconhecidos como figuras de insegurança e potenciadoras de mal-estar (e.g., “eles podem mandar alguém, sabe-se lá bem, não se sabe, a gente nem conhece a pessoa nem nada” - F, 23 anos). Pelo contrário, as restantes quatro entrevistadas explicitaram que os conhecidos lhes suscitam mais insegurança, desconfiança e sofrimento, do que os desconhecidos (e.g., “às vezes as coisas vêm de onde nós menos esperamos das pessoas que nós conhecemos e que nós amamos” - E, 28 anos; “nem nos nossos conhecidos nós devemos confiar” - A, 56 anos).

Referindo-se à sua experiência pessoal, sete entrevistadas consideraram os desconhecidos como figuras de insegurança, pelos seguintes motivos: (i) receio de agressão (e.g., “vem um manda-nos um spray mete-nos dentro de um carro e nós lá vamos e deixam-nos nos montes” - A, 56 anos); (ii) medo de rapto dos filhos (e.g., “basta um simples descuido nosso que uma pessoa olha para o lado e eles já não estão ao nosso lado” - E, 28 anos); e (iii) medo de vingança (e.g., “ele lá dentro da prisão que arranja pessoas, amigos que saiam primeiro do que ele que depois tenta mandá-los fazer-me mal” - G, 48 anos).

Colegas de trabalho foram figuras de insegurança igualmente identificadas pelas entrevistadas. Quatro participantes referiram-no no que respeita às experiências das mulheres em geral e três destas admitiram ter tido experiências pessoais neste âmbito. Na maioria dos casos, esta insegurança foi associada sobretudo à ambição e à inveja dentro da estrutura organizacional (e.g., “há sempre aqueles que querem subir dentro, quer subir de posto ... e há pessoas que não olham a nada, não olham aos meios para atingir os fins” - E, 28 anos; “há muita inveja mesmo entre empregados” - H, 54 anos). Referindo-se à sua própria experiência, uma outra participante considerou, pelo contrário, os colegas de trabalho como figuras de segurança (e.g., “colegas de trabalho, claro que protegem as mulheres” - G, 48 anos). Outra, ainda, mostrou uma postura ambivalente, afirmando que há colegas de trabalho que são confiáveis e outros que não (e.g., “depende dos colegas de trabalho... há alguns que a gente pode confiar e há outros que não se pode” - F, 23 anos).

Ainda no âmbito das figuras de insegurança, uma preocupação demonstrada, quer quanto às vivências das mulheres em geral, quer quanto à sua experiência pessoal, prendeu-se com a presença e o aumento do número de toxicodependentes na rua, o que associam a roubos e/ou agressões (e.g., “*se eles não tiverem dinheiro eu acho que eles que roubam ou agridem ou qualquer coisa*” - G, 48 anos). Neste sentido, tais participantes referiram inclusive adotar medidas preventivas, procurando o afastamento dos locais onde estes habitualmente permanecem (e.g., “*eu passava sempre em cima ou por outro lado em baixo mas nunca passava lá perto porque era um local que me faz um bocado de confusão*” - E, 28 anos). Todavia, para duas participantes os toxicodependentes não transmitem qualquer insegurança ou desconforto, sendo visualizados como pessoas educadas (e.g., “*são conhecidos lá da freguesia e eles passam por mim e até dizem boa tarde*” - D, 45 anos).

Atendendo à sua proximidade geográfica, os vizinhos tendiam a ser considerados como elementos associados à segurança para as mulheres em geral, sendo vistos como pessoas de confiança. Não obstante, três participantes identificaram os vizinhos como figuras de insegurança para as mulheres em geral, sobretudo por: (i) não se intrometerem na relação conjugal violenta (e.g., “*embora mais lá para trás se apercebessem também nunca se quiseram meter*” - H, 54 anos); e (ii) demonstrarem uma manifesta despreocupação com o outro (e.g., “*nas aldeias ninguém não ainda gostam mas é de ver*” - C, 64 anos).

Decorrente da sua própria experiência com os vizinhos, cinco participantes caracterizaram-nos como figuras de segurança. Nestes casos, os vizinhos foram descritos como tendo assumido um papel muito interventivo ao nível do auxílio à vítima (e.g., “*os vizinhos é segurança, são pessoas confiáveis*” - B, 44 anos). Algumas participantes, fruto da sua experiência pessoal (e.g., “*tive alguns vizinhos que me ajudaram muito*” - G, 48 anos), consideraram inclusive que os vizinhos mereciam uma consideração superior à dos próprios familiares (e.g., “*pode contar mais depressa com um vizinho do que ate com a própria família*” - E, 28 anos). Pelo contrário, duas entrevistadas consideraram-nos figuras de insegurança (e.g., “*a minha vizinha quantas vezes me ouviu gritar nunca fez uma chamada para a GNR*” - A, 56 anos). A este propósito, outra participante revelou uma postura ambivalente (e.g., “*depende dos vizinhos...tive vizinhos do meu lado tive sim senhora mas também já tive outros... sabiam e viam e tudo mas não deitavam a mão para ajudar*” - E, 28 anos) e outra referiu não se saber pronunciar devido ao isolamento em que se encontrava (e.g., “*eu morei num sítio que até não havia casas à volta... sítio mesmo isolado tinha monte a toda a volta da casa*” - H, 54 anos).

Referindo-se à experiência das mulheres em geral, quatro participantes relataram que atualmente o sentimento de insegurança está muito presente e que surge associado a todo o tipo de pessoas (e.g., “*neste momento e neste mundo nós somos inseguras com toda a gente... ninguém presta ninguém merece a nossa consideração. Nesta altura da vida do mundo eu acho que não há não deve haver ninguém que não se sinta inseguro*” - A, 56 anos).

Em termos das relações de amizade apenas duas entrevistadas se referiram a estas como elementos de insegurança, o que foi justificado pela desconfiança (e.g., “*há outra desconfiança uma pessoa pensa que tem e não tem é tudo falso tudo falso*” - A, 56 anos) ou hipocrisia (e.g., “*elas são umas por trás e outras pela frente*” - H, 54 anos).

### *c) Contextos de (in)segurança*

Neste estudo pretendeu-se também caracterizar os contextos que surgem mais associados ao sentimento de insegurança, tendo-se destacado a casa e as saídas noturnas (cf. tabela 2).

Tabela 2

*Contextos associadas ao sentimento de insegurança*

Contextos	Mulheres em Geral (n)	Experiência Pessoal (n)
<b>Espaço Casa</b>	<b>n=9</b>	<b>n=9</b>
<b>Saídas noturnas</b>	<b>n=9</b>	<b>n=7</b>
<b>Cafés, bares e discotecas</b>	<b>n=7</b>	n=4
<b>Ruas/espacos/Públicos</b>	<b>n=5</b>	<b>n=6</b>
Local de trabalho	n=4	<b>n=5</b>
Supermercados	-	n=4

*Nota.* destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

O contexto identificado por todas as participantes como sendo um lugar privilegiado de insegurança foi a própria casa, quer quanto às mulheres em geral (e.g., “*hoje em dia já nem na própria casa estamos bem*” - E, 28 anos), quer em termos da sua experiência pessoal (e.g., “*em casa eu quando estou sozinha não me sinto segura eu ando a trancar tudo e tranco as portas todas...e sinto-me muito insegura mesmo dentro de casa*” - A, 56 anos).

Foi igualmente consensual que o sentimento de insegurança das mulheres em geral é potenciado no período noturno (e.g., “*claro que a noite ajuda, a noite ajuda aos bandidos... a noite ajuda muito aos bandidos, ladrões a esta corja toda que há por aí*” - H, 54 anos). As entrevistadas acrescentaram que as mulheres vítimas de violência conjugal em geral não saem à rua com temor (e.g., “*sim acho que muitas não saem à rua com medo*” - G, 48 anos). Além disso, houve ainda quem identificasse uma relação causal entre o sentimento de insegurança e o facto de as ruas da cidade em períodos noturnos serem demasiado desertas (e.g., “*são muito desertas à noite eu acho que são muito desertas*” - E, 28 anos).

No que respeita à experiência pessoal, para sete das mulheres entrevistadas as saídas à noite potenciavam o sentimento de insegurança (e.g., “*não arriscava muito sair à noite, não arriscava muito...porque as ameaças que ele fez, as ameaças ele pode cumprir com as ameaças dele*” - F, 23 anos). Verificou-se ainda que uma participante demonstrou uma postura ambivalente, referindo por um lado que há segurança nas saídas noturnas (e.g., “*não tenho medo de sair à noite*”), mas considerando, noutro momento, que tal contexto é inseguro (e.g., “*à noite eu fico mesmo insegura fico mesmo com medo para mim à noite mas é por causa dele em casa porque também lá está num saio assim à noite*” - D, 45 anos). Realce-se que uma entrevistada não respondeu a esta questão em virtude de não sair em períodos noturnos, não por se sentir insegura, mas antes por não ter esse hábito (e.g., “*de noite nunca saio...porque não tenho aonde ir*” - G, 48 anos).

Outro contexto também identificado pela maioria das participantes como inseguro, quer para as mulheres em geral, quer para si próprias, prendeu-se com os cafés, bares ou discotecas. Para as mulheres em geral, apenas uma participante não se referiu a estes espaços como inseguros e outra evidenciou uma postura ambivalente. As restantes sete consideraram-nos inseguros, acrescentando que nos cafés, bares e discotecas, à semelhança do contexto rua, o risco de insegurança aumenta substancialmente com as saídas noturnas (e.g., “*mas oiço as pessoas a dizer que se sair à noite é um bocado complicado que é quando há os perigos é de noite quando as pessoas se aproveitam e tudo*” - B, 44 anos). É de destacar que um fator considerado potenciador da insegurança nestes locais, segundo quatro participantes, dizia respeito à presença de álcool e/ou drogas ilegais que trarão consigo menos segurança (e.g., “*principalmente no fim de noite umas pessoas já vêm mais alcoolizadas e outras drogadas...este mundo está cada vez pior eu vejo raparigas tão novas a beber e a fumar...e eu digo eu não me sinto preparada sinto-me insegura sinto medo*” - E, 28 anos).

Ao nível da experiência pessoal, quatro participantes também referiram estes espaços como potenciadores do sentimento de insegurança, sobretudo no exterior dos mesmos (e.g., *“eu acho que lá dentro não fazem nada lá dentro não arranja confusão, nem nada só se for cá fora, esperar cá fora”* - F, 23 anos). A este propósito uma entrevistada mostrou uma postura ambivalente, justificando que o sentimento de insegurança depende da idade e dos propósitos com que as pessoas se dirigem a esses locais (e.g., *“se for pessoas da minha idade já têm uma postura diferente portanto é relativo, não lhe sei dizer ... depende da idade e das razões porque lá estão”* - I, 44 anos). Por último, três entrevistadas não responderam a esta questão pela ausência de contactos com estes contextos.

Os espaços públicos/rua foram também identificados, por cinco participantes, como contextos de insegurança para as mulheres em geral (e.g., *“as pessoas neste momento também se devem sentir muito inseguras na rua porque nós na rua também não temos muita segurança”* - A, 56 anos). Pelo contrário, duas entrevistadas afirmaram que a rua pode ser considerada um espaço seguro, podendo ser frequentado pela população sem qualquer tipo de receio (e.g., *“eu acho que é eu acho que ali sim nunca ouvir dizer nada de ninguém que sentisse mal, insegura de andar ali na rua”* - D, 45 anos). Importa referenciar que uma participante apresentou uma postura ambivalente expondo a rua como um local seguro somente durante o período diurno (e.g., *“sim de dia sim acho que sim”* - I, 41 anos). Outra entrevistada, no decurso da entrevista, em momento algum se pronunciou sobre a (in)segurança neste tipo de locais.

Já no que respeita à experiência pessoal, as perceções dividiram-se quanto à (in)segurança destes contextos. Seis entrevistadas consideraram estes espaços como inseguros (e.g., *“eu acho que eu sinto-me insegura a partir do momento que ponho os pés na rua sinto-me insegura”* - A, 56 anos). Pelo contrário, três mulheres consideraram a rua/espaços públicos como locais seguros (e.g., *“eu a nível da rua não me sinto insegura só me sinto insegura na minha vida”* - H, 54 anos). Todavia, relativamente a caminhar nestes contextos oito entrevistadas admitiram que a sua experiência pessoal é de insegurança e desconforto quando pressentem estar a ser seguidas por uma pessoa, seja homem ou mulher (e.g., *“se sinto que estão ou se tenho aquela sensação de que vai alguém atrás de mim tenho medo, fico assustada”* - E, 28 anos; *“eu vou na rua e vou logo a ver se vejo o carro dele... vi um jipe a parece e depois vi que era ele (...) corri para casa já não fui, não sei tenho-lhe medo, muito medo”* - C, 64 anos). A este nível apenas uma participante afirmou sentir-se segura ao caminhar pela rua.

Em relação ao local de trabalho três participantes não se pronunciaram por não terem exercido qualquer atividade laboral durante o seu percurso de vida. Das participantes que responderam a esta questão verificaram-se perceções distintas.

Assim, referindo-se à experiência das mulheres em geral, quatro participantes caracterizaram o local de trabalho como inseguro, sendo que uma das participantes associou este sentimento à rivalidade entre os/as funcionários/as (e.g., *“eu penso que há sempre uns que são ambiciosos, essas situações de rivalidades eu penso que sim”* - I, 41 anos). Pelo contrário, duas participantes consideraram o local de trabalho como um espaço seguro.

Referindo-se à sua própria experiência, cinco participantes descreveram o local de trabalho como um contexto inseguro, quer pela presença de figuras do sexo masculino (e.g., *“eu quando via um homem entrar lá para dentro ficava logo cheia de medo”* - A, 56 anos), quer pela existência de competição entre colegas (e.g., *“eu acho que é inseguro...e depois há sempre aquele que quer subir dentro quer subir de posto”* - E, 28 anos).

Decorrente da experiência pessoal, os supermercados foram identificados por quatro participantes como contextos seguros, e por outras quatro como inseguros pela probabilidade de ocorrência de ataques terroristas (e.g., *“às vezes acontece, como noutros países por exemplo na América, a gente anda no supermercado e vêem aqueles com aquelas metralhadoras e catrapumpumpum, eu acho que nós hoje em dia não nos sentimos seguras em lado nenhum”* - A, 56 anos).

#### ***d) Situações de (in)segurança***

No que respeita às situações mais associadas ao sentimento de insegurança, destacaram-se as ameaças, a possibilidade de presenciar violência/agressão e a violência conjugal, conforme consta na tabela 3.

Tabela 3

*Situações associadas ao sentimento de insegurança*

Situações	Mulheres em Geral (n)	Experiência Pessoal (n)
<b>Ameaças</b>	<b>n=9</b>	<b>n=9</b>
<b>Presenciar violência/agressão</b>	<b>n=9</b>	<b>n=9</b>
<b>Violência Conjugal</b>	<b>n=9</b>	<b>n=9</b>
<b>Andar sozinho na rua</b>	<b>n=6</b>	-
Parca Iluminação	n=4	-
Aparência descuidada	n=4	-
Desacatos	-	n=2
Consumo de álcool	-	n=1

*Nota.* destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

De acordo com a análise dos dados, as ameaças efetivamente influenciam a forma como as mulheres percecionavam o sentimento de insegurança no seu dia-a-dia (e.g., “*sim ser ameaçado e isso hoje em dia a gente pode ser ameaçado por qualquer um basta até alguém que não goste de nós... para nos ameaçar não é, até mesmo no trabalho acontece*” - E, 28 anos). Embora afirmando que as ameaças se associam à insegurança para as mulheres em geral, as participantes não conseguiram deixar de aludir a sua própria experiência (e.g., “*eu sei o que é receber ameaças e depois cumpri-las portanto é tudo também um bocado baseado com a minha história real*” - I, 41 anos).

No âmbito da descrição da experiência pessoal de cada participante as ameaças surgiram como um fator que as afetava no seu quotidiano, devido à experiência de vitimação conjugal e ao medo que lhes provocava (e.g., “*praticamente era ameaçada todos os dias não havia um dia que eu não era ameaçada é horrível porque depois uma pessoa vive naquele medo constante*” - E, 28 anos). As ameaças iam desde a proibição do contacto com o meio social (e.g., “*eu sabia que não podia vir à rua, que deitava um pé fora e que podia levar o tiro*” - A, 56 anos), a situações em que o agressor simulava a própria morte (e.g., “*agora é que eu me mato mesmo ...para eu ter pena dele... deitava o herbicida e dizia estás a ver este bocadinho? vou bebê-lo e vou-me deitar*” - B, 44 anos).

Ressalve-se que, em alguns casos, estas mulheres foram ameaçadas com armas brancas (e.g., “*ele chegou a pegar numa faca, ele chegou-me a atirar com um prato à cara, com uma faca chegou-me a atirar com um martelo*” - G, 48 anos). Noutros casos, estas vítimas eram ameaçadas com armas de fogo (e.g., “*à bofetada é mais bofetada menos*” - H, 48 anos).

*bofetada... mas uma arma a gente pode estar aí num sítio” - C, 64 anos) ou explicitamente ameaçadas de morte (e.g., “sinto-me insegura porque ele disse que me passava com o carro por cima e ele é capaz de fazer isso” - F, 23 anos; “eu estar a comer e ter um bidão de gasolina à minha beira...estar no escritório e chegar à minha beira com uma arma e volta para casa senão mato-te, ou não fales disto ou daquilo se não eu incendeio-te” - I, 44 anos).*

Uma outra situação consensualmente associada à insegurança para as mulheres em geral foi a eventualidade de se presenciar atos de violência ou agressões em sítios públicos (e.g., “uma situação assim até que apontem uma navalha ou uma faca ou uma coisa qualquer, acho que aí já ia ficar ali a pensar sempre naquilo” - D, 45 anos). No que respeita à experiência pessoal esta situação foi também apresentada como intimamente associada à insegurança por todas as entrevistadas. Duas participantes admitiram inclusive já ter experienciado diretamente este tipo de ilícito criminal (e.g., “eu já fui assaltada, iam dois de mota e roubaram-me a carteira, eu já passei por isso” - I, 44 anos). As restantes sete participantes nunca o experienciaram diretamente mas equacionaram a possibilidade de um dia serem alvo de um acontecimento similar (e.g., “não estamos livres de nos acontecer o mesmo... agora já há muito mais roubos” - H, 54 anos).

Todas as participantes afirmaram que uma situação de insegurança, quer em termos de experiência pessoal, quer para as mulheres em geral, se prende com a violência conjugal (e.g., “o mal viver em casa” - H, 54 anos).

Outra situação de insegurança para as mulheres em geral, referida por seis entrevistadas, foi passarem sozinhas na rua (e.g., “aproximar-se das mulheres se as virem sozinhas e às vezes até mesmo molestá-las” - D, 45 anos). Pelo contrário, três participantes consideraram esta situação como segura por existir movimento na rua (e.g., “há muito movimento não há problema” - F, 23 anos).

A escassa iluminação pública existente nos arruamentos foi referida por quatro entrevistadas como uma situação de insegurança, que carece de intervenção (e.g., “se existisse mais iluminação as pessoas sentiam-se mais seguras...eu acho que havia de haver mais iluminação...há sítios que às vezes há muito pouca iluminação” - B, 44 anos).

A propósito das situações de (in)segurança para as mulheres em geral, quatro participantes consideraram que a aparência das pessoas pode exercer influência. Em concreto, referiram que uma aparência descuidada influenciará um maior sentimento de insegurança no outro (e.g., “*eu acho que às vezes influencia mas não deveria, porque às vezes o modo como uma pessoa se veste, pode até ser um mendigo pode ser um vagabundo pode ser isto e aquilo e por dentro ser uma pessoa espetacular e nós é que fazemos é que interpretamos mal é verdade...mas sim ficamos sempre com um pé atrás*” - E, 28 anos).

Duas participantes consideraram também que a ocorrência de desacatos é uma situação de insegurança para as mulheres em geral (e.g., “*a gente vai na nossa vida muito sossegadinha e aparece ali um desacato qualquer... a própria evolução do mundo acho que está a contribuir para a insegurança porque cada coisinha nos torna inseguros*” - A, 56 anos).

Por último, uma entrevistada apontou o consumo de álcool como outra situação de insegurança, justificando que no seu caso foi isso que despoletou toda a violência.

#### ***e) (In)segurança e experiência de vitimação conjugal***

A partir do discurso das participantes foi notória uma associação entre o sentimento de insegurança e a experiência de vitimação conjugal, quer quando se referiam às vivências das mulheres em geral, quer quando se reportavam à sua própria experiência.

Todas as participantes reconheceram que a sua insegurança é maior em consequência da relação conjugal violenta de que foram alvo, relatando diversas experiências traumáticas (e.g., “*eu já andava grávida e passei muitos maus-tratos com ele*” - B, 44 anos). Neste sentido, foi relatada a adoção de medidas de segurança pelas próprias (e.g., “*as minhas portas são de alumínio e eu fecho a porta com a chave e ainda encosto uma cadeira à porta... todos os dias. A cadeira não faz nada nem é segura, mas eu penso se alguém me empurrar a porta sinto a cadeira... sinto-me muito insegura eu fiquei traumatizada, estou traumatizada*” - G, 48 anos). Sete entrevistadas explicitaram que se não tivessem vivenciado esta vitimação conjugal seriam atualmente pessoas mais seguras (e.g., “*era, porque não tinha quem me fizesse tanto mal*” - G, 48 anos)

Do mesmo modo, foi consensual que este sentimento de insegurança é transversal a todas as mulheres vítimas de violência conjugal (e.g., “*quem sofreu e quem e quem teve uma*

vida como eu tive, possivelmente como outras senhoras se calhar terão ou já tiveram, se calhar são muito mais inseguras porque nós tornamo-nos muito mais inseguras” - A, 56 anos).

*f) Fatores identificados pelas participantes como potenciadores de maior insegurança/segurança*

A tabela 4 descreve de forma pormenorizada os fatores identificados pelas participantes como associados a maior insegurança, bem como os fatores que, se se verificassem, seriam potenciadores de segurança.

Tabela 4

*Fatores associados à segurança/insegurança*

<b>Maior Insegurança</b>	<b>Maior Segurança</b>
<b>Presença do ex-cônjuge/ex-companheiro (n=9)</b>	<b>Afastamento do marido/cônjuge (n=9)</b>
<b>Sensação de medo constante (n=6)</b>	<b>Morte do ex-cônjuge/ex-companheiro (n=5)</b>
<b>Todas as pessoas e situações (n=5)</b>	<b>Existência de movimento na rua (n=5)</b>
Própria história de vida (n=2)	<b>Reforço das autoridades policiais (n=5)</b>
Familiares (n=1)	<b>Fortalecimento da iluminação pública (n=5)</b>
Globalização/Burlas na comunidade (n=1)	Mudança de habitação e/ou cidade (n=2)
Desconhecidos (n=1)	Estabilidade económica (n=1)
Preconceitos/estereótipos (n=1)	Maior proximidade da população (n=1)
	Colocar gradeamento nas janelas (n=1)
	Ambiente familiar estável/inexistência de juízos de valor (n=1)

*Nota.* destacam-se a negrito os temas referidos por pelo menos cinco participantes

As participantes foram unânimes em identificar o ex-cônjuge/ex-companheiro como um dos principais fatores que potencia a insegurança (e.g., “*o simples facto de ele existir incomoda-me*” - E, 28 anos). Seis participantes esclareceram que, na sua ótica, o sentimento de medo promove uma inquietação e um aumento do sentimento de insegurança (e.g., “*se tenho aquela sensação de que vai alguém atrás de mim tenho medo, fico assustada*” - E, 28 anos).

A insegurança foi, todavia, considerada transversal a todas as situações e pessoas por cinco entrevistadas (e.g., “*se se lembra um maluco qualquer... passar por uma paranóia, entrar por aqui para dentro e balear isto tudo e começa por você pela sua amiga e pela sua não sei quantas, já viu isto causa insegurança*” - A, 56 anos).

Duas participantes explicitaram, ainda, que é a sua própria história de vida que lhes gera insegurança (e.g., “*a nível da rua não me sinto insegura, não me sinto insegura, só me sinto insegura na minha vida*” - G, 48 anos).

Embora idiossincrasicamente, foram identificados outros fatores potenciadores de insegurança, em concreto: (i) a família (e.g., “*com a família também me sinto um bocado insegura*” - B, 44 anos); (ii) a globalização (e.g., “*a própria evolução do mundo acho que está a contribuir para a insegurança porque cada coisinha nos torna inseguro*” - A, 56 anos); (iii) o aumento de burlas na comunidade, sobretudo na população idosa (e.g., “*uma senhora que ainda não é muito idosa, mas deu-lhe qualquer coisa, conseguiu lhe tirar o cordão, conseguiu lhe tirar o ouro todo, deu-lhe um papel a dizer que era a fotografia da família que não eram nada*” - A, 56 anos); (iv) a presença de desconhecidos (e.g., “*sei lá, se andasse aí algum bandido perigoso à solta*” - E, 28 anos); e (v) a existência de preconceitos (e.g., “*um homem pode deixar uma mulher mas uma mulher não pode deixar um homem e o facto de ter sido eu a deixá-lo ele diz que vou ter de pagar por isso e especifica bem o que vai fazer e o que não vai*” - I, 44 anos).

Em relação aos fatores promotores de segurança, as nove entrevistadas realçaram o afastamento do ex-cônjuge/ex-companheiro (e.g., “*ele estar longe... para eu estar mais segura era, tanto eu como os meus filhos*” - B, 44 anos). Cinco participantes explicitaram, inclusive, que a sua segurança ficaria realmente efetivada com o falecimento do ex-cônjuge/ex-companheiro (e.g., “*ele tentou matar-se na cadeia e eu fiquei toda contente...quando soube que ele tentou matar-se fiquei toda contente porque ele já não me matou porque não pôde*” - G, 48 anos).

Outro fator relacionado com o sentimento de segurança, para cinco entrevistadas, foi a presença/movimento de cidadãos/ãs nos diversos espaços públicos (e.g., “*onde há muito movimento sei que eles não vão fazer nada, tem muita gente*” - F, 23 anos).

A presença de elementos policiais foi igualmente considerada como um fator promotor do sentimento de segurança (e.g., *“policiamento para mim é um dos fatores mais importantes... imagine que hoje à noite vou à rua e passava pela guarda e eu aí sentia-me mais confortável, dizia assim anda a guarda na rua eu até tenho aqui o número no telemóvel, olha chamo-a. Não eu ando há não sei quantos anos na rua e nunca vejo guarda à noite”* - A, 56 anos).

Outro aspeto identificado por quatro participantes como primordial para o aumento do sentimento de segurança foi o fortalecimento da iluminação pública, que consideram escassa (e.g., *“as pessoas passam em certos sítios que é assim sente-se mesmo assim um bocadinho inseguro porque é tudo muito escuro e só se vê uma luz lá mais para o fundo”* - D, 45 anos).

A mudança de habitação ou até de cidade/vila/aldeia foi referida, por duas entrevistadas, como um fator associado a um aumento da perceção de segurança (e.g., *“mudar de casa... e ele nunca soubesse onde eu estava”* - F, 23 anos).

Outros fatores promotores de segurança identificados, ainda que idiossincrasicamente, foram: (i) estabilidade ao nível económico (e.g., *“e ter o mínimo de estabilidade económica que pudesse controlar a minha casa, poder pagar as minhas contas”* - D, 45 anos); (ii) bom relacionamento social (e.g., *“...mais segura era as pessoas serem mais cordiais... fazer uma caminhada, andar, mas com pessoas credíveis, não pessoas falsas”* - A, 56 anos); (iii) bom relacionamento e ambiente familiar; e (iv) medidas físicas de segurança, concretamente gradeamento nas janelas da habitação para acautelar a perpetração de furtos (e.g., *“porque eu tenho medo que venha alguém”* - G, 48 anos).

#### **g) (Des)credibilização das autoridades policiais e judiciárias**

Neste estudo, as autoridades policiais foram associadas a um sentimento de segurança por somente três participantes (e.g., *“eles chamavam a guarda e eles chegavam logo, chegavam lá num instante...porque aquilo era constantemente a polícia em minha casa”* - G, 48 anos).

Pelo contrário, seis entrevistadas descredibilizaram o papel e o trabalho das autoridades policiais no que respeita à proteção das mulheres (e.g., *“uma pessoa liga a pedir auxílio e eles chegam lá quando uma pessoa quase está morta e é se já não estiver, é verdade”*).

*porque tem que ser caço em flagrante, ao tempo que eles demoram claro que ele já não é caço em flagrante” - E, 28 anos). Cinco entrevistadas consideraram, inclusive, que as autoridades policiais potenciam o sentimento de insegurança (e.g., “chamar a guarda...eles aparecem lá, querem lá bem saber!... eu chamei a guarda: venham a minha casa que o meu ex-marido está a invadir a minha propriedade, eu não sei se ele está armado, ele fugiu, venham cá num instante...passaram cinco anos” - A, 56 anos; “não transmitem segurança nenhuma sinceramente, eu não acho, pelo contrário” - E, 28 anos). Outra participante esclareceu que esta entidade não protege porque não está presente (e.g., “a GNR não protege nada, protege se for chamado ou se andar num local que a GNR ande por ali. Agora se for num lugar como o meu a GNR não protege porque a GNR não está” - G, 48 anos).*

No que respeita ao contacto direto com as autoridades policiais, apenas uma entrevistada nunca o tinha experienciado. As restantes oito admitiram já ter tido pelo menos um contacto com esta entidade. A necessidade um maior número de efetivos policiais no patrulhamento/policiamento de proximidade, de modo a transmitir segurança e proteção à população, foi referida por quatro participantes (e.g., “não protegem, só protegem se calhar quem querem... nós chegamos à guarda e a guarda eles dizem entre marido e mulher ninguém mete a colher e nós levávamos e continuávamos a levar ” - A, 56 anos). A falta de formação destes agentes foi ainda mencionada e experienciada de forma direta por uma participante, que reiterou a necessidade de apostar numa maior formação profissional dos mesmos (e.g., “encontrei profissionais alguns inexperientes... pouca formação para lidar com algumas situações e crianças... mas de resto alguma sensibilidade mais humana, mas a falta de experiência... no meu caso tive uma colaboração em tudo... via alguma preocupação deles” - I, 44 anos).

No que respeita à atuação das entidades judiciais (Ministério Público/Tribunal) também se verificou a descredibilização da sua conduta e relatos de uma insuficiente proteção das vítimas por parte de oito participantes (e.g., “o Ministério Público e o Tribunal haviam de ter mais atenção às vítimas” - G, 48 anos). Note-se que uma das participantes justificou tal descredibilização pela sua experiência pessoal, aquando da audiência de julgamento pelo crime de violência doméstica (e.g., “está proibido pelo Tribunal de ir lá...mas pode ir lá quando quiser ver o miúdo... em que é que ficamos Dra., isso são leis?” - H, 54 anos). De facto, as seis mulheres que tiveram contacto direto com os Serviços do Ministério Público (MP) demonstraram uma manifesta descredibilização (e.g., “o que é que adiantou ir a tribunal, no fim tive que sair sem nada, sem reforma e sem nada” - C, 64 anos; “dei treze queixas na polícia e não fizeram nada, o Tribunal não fez nada” - G, 48 anos). Neste âmbito,

quatro entrevistadas consideraram, inclusive, o próprio tribunal como elemento de perseguição (e.g., *“já me sinto perseguida por ele e pelo Tribunal... não acho lógico o Procurador virar-se para mim e dizer-me: se ele quer guerra dê-lhe guerra”* - A, 56 anos).

Além disso, entre as participantes foi unânime a necessidade efetiva de melhorar os serviços prestados pela justiça (e.g., *“se há leis que nos querem proteger eu acho que os Tribunais já nos deviam ter protegido há muito”* - A, 56 anos).

#### **Capítulo IV. Discussão dos resultados**

Neste capítulo pretende-se sumariar e refletir sobre as principais aprendizagens possibilitadas por este trabalho, confrontando-as com a literatura especializada. Do mesmo modo, serão salientadas as limitações centrais que reconhecemos na presente investigação e enunciadas algumas recomendações para estudos futuros.

Nesta investigação pretendeu-se compreender como é que as mulheres vítimas de violência conjugal constroem os seus sentimentos de insegurança e se a sua experiência de vitimação contribui para tal sentimento.

Do material empírico obtido conclui-se, desde logo, que a vivência de uma relação conjugal abusiva contribui amplamente para o sentimento de insegurança das mulheres. De facto, as entrevistadas mostraram que os seus sentimentos de insegurança são construídos sobretudo a partir da sua própria experiência de vitimação conjugal. Tal vai ao encontro do que é referido pela literatura da área, sendo a violência conjugal entendida como um importante fator explicativo da insegurança feminina (Machado & Manita, 2000).

Esta insegurança das mulheres, intimamente associada à relação conjugal violenta, é entendida pelas participantes como um sentimento de mal-estar, de falta de liberdade associada ao isolamento social ao qual estavam votadas, e de medo constante. Do nosso ponto de vista, tais perceções justificam a urgência de intervenção imediata por parte do Estado, de forma a implementar estratégias capazes de promover uma proteção mais adequada, consistente e célere destas mulheres vítimas. Destaque-se aliás que segurança foi revelada como uma das preocupações no RASI (MAI, 2013).

Na literatura da área o conceito de insegurança é descrito como estando interligado à realidade criminal, representando o medo sobre o crime numa determinada realidade, e manifestando-se através de um conjunto de inquietações, ameaças, ansiedade, desconfiança, angústia e perturbações (Dias, 2001; Dias, 2010; Frias, 2004; Lourenço & Lisboa, 1996;

Oliveira, 2006). Tal constata-se também na nossa amostra de mulheres vítimas de violência conjugal, que apresentam um elevado sentimento de insegurança em virtude desta experiência de vitimação pessoal. De facto, estas mulheres encontram-se tão focadas na sua experiência de vitimação que, ao longo do presente estudo, foi notória a sua dificuldade em se posicionar no papel das mulheres em geral, distanciando-se das suas próprias vivências.

Tal como é descrito por vários estudos (APAV, 2002; Lab, 2013; Machado & Manita, 2000) e corroborado pelo nosso material empírico, o sentimento de insegurança é visto como um sério problema da sociedade. Na presente investigação, as entrevistadas posicionaram-se num patamar de insegurança superior ao das mulheres em geral. Referindo-se à sua experiência pessoal a maioria referiu sentir-se muito insegura. Já no que respeita às mulheres na sua globalidade verificou-se que, apesar de os valores oscilarem, em alguns casos estas foram percebidas como totalmente seguras.

Na literatura especializada, um dos fatores usualmente associado à construção dos sentimentos de insegurança é a comunicação social (Fernandes, 2000, como citado por Oliveira 2006). O mesmo se constata no presente estudo e as participantes consideram que a comunicação social é sensacionalista e dramatiza demasiado certas notícias, nomeadamente os casos de homicídios conjugais. De facto, como ressalta Machado (2004), diversos são os estudos a enunciar que a violência é hiper-representada pelos meios de comunicação social, originando discordância relativamente à sua incidência real. Todavia, as participantes da presente investigação não descuram que o que é relatado nos casos noticiados não possa um dia acontecer nas suas próprias vidas.

Do nosso ponto de vista, atualmente a influência da comunicação social para as vítimas de violência conjugal pode assumir dois sentidos, um positivo e um negativo. Por um lado, em sentido positivo, a comunicação social tem um especial poder informativo, permitindo um maior reconhecimento, visibilidade e divulgação do fenómeno, o que poderá sensibilizar para a denúncia e para uma menor legitimação deste comportamento. Por outro lado e em sentido negativo, entendendo que os meios de comunicação social são poderosos agentes modeladores das condutas sociais, a manipulação da informação pode constituir-se como um obstáculo bastante perigoso e prejudicial, sobretudo nesta temática (Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2000). Do ponto de vista das participantes, fruto em grande medida do que é veiculado pela comunicação social, estas desenvolvem diversos receios (e.g., receio do rapto, violação ou até doenças das crianças/filhos/as). Além disso, segundo as entrevistadas, os meios de comunicação social podem contribuir para a aprendizagem de práticas delituosas, ao exporem de forma pormenorizada e não raras vezes sensacionalista este tipo de casos.

De acordo com os nossos resultados, as figuras que surgem mais associadas ao sentimento de insegurança, quer para a generalidade das mulheres, quer em termos de experiência pessoal, são os homens, sobretudo maridos/ex-maridos ou companheiros/ex-companheiros. Na nossa perspetiva, tal pode ser explicado pelo facto de as entrevistadas associarem o medo/insegurança à sua experiência de vitimação conjugal.

Neste trabalho, as participantes reiteraram que o sentimento de insegurança das mulheres verifica-se de forma mais frequente quando estas têm relações amorosas pautadas por violência, comparativamente com casos em que se trata de relacionamentos saudáveis. Tal vai de algum modo ao encontro da habitual descrição das mulheres como as destinatárias da violência e dos homens como os agressores típicos neste crime (Almeida & Soeiro, 2010; Matos, 2003). Todavia, as entrevistadas não deixaram de transpor esta insegurança para as experiências das mulheres em geral, mesmo das que não vivem uma relação conjugal violenta.

Na nossa amostra, a presença do ex-cônjuge/ex-companheiro destaca-se como fator central de promoção do sentimento de insegurança. Pelo contrário, e como seria de prever, o afastamento do ex-cônjuge/ex-companheiro surge como fator central para a segurança das mulheres. Realce-se que, a este nível, a maioria das entrevistadas equipara a morte do ex-cônjuge/ex-companheiro ao final da insegurança, considerando-a um fator promotor de plena segurança e conforto. Na nossa ótica, tal poderá ser compreendido se se atender ao caráter reiterado da violência, seja física, psicológica e/ou sexual, de que foram alvo ao longo de vários anos. No entanto, consideramos tratar-se de um resultado que deve suscitar inquietação nos vários intervenientes nestes casos, assim como a procura de estratégias eficazes para reduzir o risco, inclusive de homicídio conjugal por parte da vítima para com o agressor. Efetivamente, no âmbito da violência conjugal, apesar dos progressos que foram alcançados, ainda há muito trabalho a desenvolver.

Do nosso ponto de vista, o sentimento de insegurança das mulheres vítimas de violência conjugal deve ser entendido a partir das desigualdades de género que ainda perduram na sociedade e que se traduzem na posição privilegiada que os homens tendem a assumir face às mulheres. Outros fatores devem ser também considerados, inclusive o isolamento social, a dependência económica, e a inserção social e cultural da mulher, tal como foi referido pelas participantes.

No que concerne aos contextos de insegurança o espaço casa foi identificado por todas as participantes como o local onde, quer as próprias, quer as mulheres em geral, se sentem menos seguras. Na nossa perspectiva, tal pode ser compreendido pelo facto de as entrevistadas se terem mostrado sempre muito focadas na sua experiência de conjugalidade violenta, maioritariamente vivenciada no contexto da casa. Atualmente, diversos autores (cf., Giddens, 2009; Machado & Manita, 2000) também se referem ao espaço casa como aquele que é promotor de maior violência e insegurança. Além disso, de acordo com a literatura especializada (e.g., Gonçalves, 2004; Marques, 2009; Quaresma, 2012), a violência/agressões conjugais tendem a ser perpetradas no interior da residência do casal. Atendendo aos diversos relatos relativos à vivência de experiências traumáticas de vitimação na conjugalidade era expectável que este contexto surgisse associado à insegurança nas mulheres.

Creemos que outro contributo importante da presente investigação é confirmar a noite como um elemento causador de medo e insegurança, ao ponto de inibir a socialização e as saídas durante este período. Este resultado é consistente com os de trabalhos realizados com amostras da população em geral (APAV, 2002; Machado, 2004), que permitem constatar que o sentimento de insegurança aumenta significativamente em períodos noturnos comparativamente com os diurnos.

O nosso material empírico aponta para outros contextos relevantes ao nível dos sentimentos de insegurança das mulheres, em concreto os cafés, bares e discotecas. No entanto, tal justifica-se pela associação dos mesmos, não à ocorrência de violência conjugal, mas à existência e risco de consumo excessivo de álcool e/ou drogas e, em alguns casos, à presença de desacatos nestes locais. Este resultado vai também ao encontro do que é descrito pela literatura (e.g. Frias, 2004; Lourenço & Lisboa, 1996).

No que respeita às situações que poderão promover insegurança as participantes destacam as ameaças, o que pode ser explicado pelo facto de estas vivenciarem uma diversidade de ameaças, mais ou menos graves, ao longo do tempo. Realce-se ainda que, na nossa amostra, os relatos associados à presença de ameaças (verbais, com armas brancas ou com armas de fogo) surgem associados a uma pessoa específica, em concreto o ex-cônjuge/ex-companheiro. Outros dados importantes e que contribuem para o aumento da insegurança das mulheres prendem-se com as perceções das entrevistadas de que os agressores efetivamente eram capazes de cumprir as ameaças e com as suas experiências de continuar a ser alvo de ameaças mesmo depois de terminada a relação conjugal abusiva. A este propósito também Matos (2003) identifica as ameaças como uma das formas de agressão

mais recorrente nas vítimas de violência conjugal. Na nossa ótica, as ameaças são situações que em muito podem afetar o funcionamento normal das vítimas, acarretando uma perda de autoestima e autoconfiança, associada a um aumento de ansiedade e vulnerabilidade e, em alguns casos, a Perturbação de *Stress* Pós Traumático (PTSD).

Na nossa amostra apenas uma participante não formalizou queixa-crime de violência doméstica junto dos órgãos de polícia criminal. Estes dados são distintos dos que são reportados pela literatura e que mostram que apenas cerca de 40% dos crimes contra as pessoas e 33% dos crimes contra a propriedade são reportados aos órgãos de polícia criminal (Fernandes & Rego, 2011). A título ilustrativo, Almeida e Alão (1995) admitem que no seu estudo cerca de 72% da população não relatou a situação criminal de que foi vítima às autoridades, sobretudo por considerar que a polícia não iria fazer nada ou não se iria interessar. Além disso, na literatura da área é realçado que o sentimento de insegurança pode ser potenciado pela insatisfação e descrença com a atuação do sistema de controlo formal (e.g., Machado, 2000).

Do nosso ponto de vista, o supramencionado resultado do nosso estudo pode estar associado ao facto de todas as participantes serem acompanhadas num gabinete de apoio à vítima de violência doméstica. Tal acompanhamento poderá ter operado como um fator protetor, potenciando as denúncias e o término das relações de intimidade violentas, inclusive ao disponibilizar informação e suporte especializado às mulheres com esta vivência. Nesse sentido, consideramos essencial que se continue a investir neste e noutros tipos de estruturas de apoio a vítimas de violência conjugal.

Em relação à atuação da polícia, as participantes consideram que esta entidade não promove segurança, podendo em alguns casos ter o efeito contrário e potenciar o sentimento de insegurança. Estes dados são consistentes com a literatura que aponta para uma crescente desconfiança dos cidadãos face às autoridades (Frias, 2004). Além disso, sugerem a urgência de trabalhar no sentido de melhorar a atuação de tais entidades no âmbito da violência conjugal. Tal como referido pelas participantes do presente estudo, consideramos que o sentimento de segurança das mulheres poderá ser fortalecido, entre outros, através do reforço de efetivos policiais no patrulhamento/policiamento de proximidade e na segurança comunitária, sendo também necessária uma maior e mais qualificada formação profissional dos elementos policiais. Na nossa perspetiva, é igualmente importante investir em mais equipas especializadas e devidamente qualificadas no âmbito da violência conjugal, de forma a promover uma atuação mais concertada e eficaz, minimizando o dano e evitando a

vitimação secundária. De facto, tanto a GNR como a PSP dispõem de equipas dirigidas para as vítimas de violência doméstica, sendo na GNR denominadas de Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE) e na PSP designadas de Equipas Especializadas em Violência Doméstica (EEVD). Todavia, dado o volume processual decorrente das áreas territoriais de atuação, estas equipas policiais não conseguem dar resposta de forma célere, equitativa e eficaz a todas as situações. Refira-se a título exemplificativo, o concelho de Amarante que, apesar de ter polícias com formação específica, não dispõe de uma estrutura policial especializada e localizada, o que poderá conduzir a uma intervenção centralizada nos processos mais graves, podendo em determinadas alturas descurar situações que aparentam um menor grau de perigosidade. Associado a isto, podemos ainda identificar a falta de conhecimentos por parte do restante efetivo policial o que poderá conduzir a uma avaliação de risco deficitária. A este nível, destaca-se ainda que nenhuma participante deste estudo foi encaminhada ou teve contacto com uma equipa policial especializada em situações de violência doméstica, não obstante se tratarem de situações graves.

Em relação à atuação das entidades que intervêm nos casos de violência conjugal e ao contrário do que se pretende (cf., Correia & Vala, 2003; Gonçalves & Machado, 2003; Sani, 2002), a ausência de determinados cuidados e procedimentos poderá potenciar a vitimação secundária e justificar uma conseqüente desacreditação do sistema judicial, tal como se verifica neste estudo. Do nosso ponto de vista, para este aspeto ser ultrapassado são necessários, entre outros, uma maior celeridade do trâmite processual associado à violência conjugal, bem como um maior investimento na tomada de declarações para memória futura, de modo a evitar o relato sucessivo da situação de vitimação. Consideramos igualmente essencial mobilizar e melhorar o trabalho em rede entre as diversas entidades que intervêm nestes casos, de modo a diminuir a vitimação secundária e outros prejuízos comuns nestas vítimas.

No que concerne às entidades judiciárias, os nossos resultados apontam para uma descredibilização da sua atuação e para a necessidade de se apostar numa maior proteção em prol das vítimas de violência conjugal, dado que na ótica das entrevistadas esta continua a ser parca. Das entrevistadas que tiveram contacto com esta entidade nenhuma confia na sua atuação, além de fazerem referência aos preconceitos e estereótipos criados socialmente em relação à mulher que ali são veiculados. Tal é consistente com trabalhos anteriores que mostram que estas vítimas não reconhecem qualquer eficácia no sistema judicial (Andrade, 2012). É unânime entre as participantes a necessidade de melhorar os serviços desta entidade. Do nosso ponto de vista, um fator que poderá contribuir para um avanço neste domínio é o

trabalho concertado e em parceria no interior do próprio sistema judicial. Consideramos que tal seria importante para impedir situações, tal como as relatadas pelas participantes, em que a decisão de um processo penal de violência doméstica e os processos tutelares cíveis, de regulação das responsabilidades parentais, produzem acórdãos/decisões contraditórias.

Em suma, do nosso ponto de vista torna-se fundamental a existência de uma maior e mais eficaz cooperação e articulação entre as diversas entidades que intervêm nesta problemática, nomeadamente as autoridades policiais, judiciárias e civis, de modo a potenciar uma melhor atuação e prevenção deste tipo de criminalidade, sobretudo por se tratar de um ilícito amplamente influenciado pelas perceções sociais.

### **1. Limitações e recomendações para estudos futuros**

No presente estudo pretendia-se compreender como é que as mulheres vítimas de violência conjugal constroem o sentimento de insegurança e perceber se a experiência de violência conjugal contribui para tal sentimento. Consideramos que, genericamente, os objetivos foram alcançados, apesar de reconhecermos algumas limitações do estudo.

Antes de mais, importa realçar que na presente investigação defrontamo-nos com um obstáculo relevante, por não se ter conseguido encontrar outros trabalhos com os mesmos objetivos e população-alvo, o que restringiu a capacidade de compararmos os nossos resultados com os de outros estudos.

Em termos de limitações do nosso trabalho, uma das principais prende-se com as características da nossa amostra, em concreto não ser representativa mas centralizada numa população muito específica, o que impossibilita a generalização dos resultados. Em concreto, a nossa amostra contempla apenas mulheres que já não se encontram na relação conjugal violenta, o que não permite contrastar o sentimento de insegurança entre as vítimas que permanecem na relação abusiva e as que se encontram numa situação pós rutura relacional.

Neste sentido, consideramos que tal constitui uma importante pista para estudos futuros. De modo a alcançar uma visão mais compreensiva do sentimento de insegurança de vítimas de violência conjugal seria igualmente interessante recolher dados junto de mulheres que apesar de terem sido vítimas de violência conjugal já se encontram livres dessa relação abusiva há alguns anos, inclusive para perceber se estas se encontram ancoradas na experiência de vitimação que foi constatada na nossa amostra. Além disso, no nosso estudo todas as entrevistadas eram acompanhadas por um serviço especializado de informação e apoio a vítimas de violência doméstica, o que também impede a identificação de diferenças

entre as vivências destas mulheres e as das que não dispõem deste tipo de suporte. A análise desta dimensão deve ser, portanto, contemplada em próximos trabalhos. Consideramos também relevante que em trabalhos posteriores se explore a existência de diferenças nos níveis de insegurança em função da idade das participantes, pois a influência deste fator é referenciada na literatura da área (e.g., Frias, 2004). Igualmente importante era que todas as investigações sugeridas fossem conduzidas com amostras representativas de mulheres, de modo a permitir a generalização dos resultados.

Em termos metodológicos, reconhecemos também algumas limitações do presente estudo, por considerarmos que no decorrer das entrevistas se deveria ter explorado mais aprofundadamente determinados resultados. A título ilustrativo, era importante ter-se analisado melhor outros fatores promotores de segurança e mais exequíveis, dado que um dos mais salientados - a morte do companheiro/ex-companheiro -, não se pretende que seja promovido. Não obstante estas dificuldades e limitações consideramos ter contribuído para uma melhor compreensão do sentimento de insegurança das mulheres vítimas de violência conjugal, nomeadamente que este se perpetua ao longo do tempo mesmo após a rutura da relação conjugal violenta e abusiva.

### **Considerações Finais**

O sentimento de insegurança é um fenómeno que suscita uma preocupação generalizada (APAV, 2002; Fernandes & Rêgo, 2011; Machado, 2004; Machado & Manita, 2000). De uma forma global, o conceito de insegurança foi descrito pelas participantes deste estudo como um sentimento negativo, inquietador, de medo e controlo constante, e que se encontra amplamente associado à relação conjugal violenta experienciada. As suas narrativas de medo ainda constroem a forma como as entrevistadas vivem o seu dia-a-dia, potenciando em alguns casos a adoção de estratégias de evitamento (e.g., de certos locais da cidade, de determinados sujeitos), enquanto mecanismo de *coping* face ao risco percebido. Efetivamente, as participantes apresentam níveis elevados de insegurança quando se comparam com as mulheres em geral.

De uma forma global, quando se pensa em violência e crime há a tendência de considerar o ofensor como um estranho em relação à vítima, o que nem sempre acontece. Em concreto, o sentimento de insegurança das mulheres entrevistadas é descrito como

amplamente associado à violência reiterada de que foram alvo nas suas relações íntimas, por parte de pessoas conhecidas e próximas.

Uma das maiores e mais complexas especificidades da violência conjugal é o seu cariz “doméstico”, na medida em que ocorre num contexto de relações íntimas e privado, no qual o ofensor dispõe, além de uma particular proximidade física e afetiva, de um conhecimento privilegiado sobre a vítima e de poderosas estratégias para a controlar. Sendo a violência conjugal perpetrada, na maioria das situações, no interior da residência (e.g., Gonçalves, 2004; Quaresma, 2012) não é estranho que a casa surja como o principal contexto de insegurança para as mulheres. Na literatura esta ideia é corroborada, sendo a casa considerada como um espaço de “dois espaços – amor e violência” (Pais, 1998, como citado por Matos & Machado, 1999, p. 374). Nesta lógica, emerge a figura masculina, nomeadamente os cônjuges/ex-cônjuges ou companheiros/ex-companheiros, como o principal elemento potenciador de instabilidade, desconforto e insegurança.

Destaque-se que ao longo do tempo a violência conjugal tem vindo a ser reconhecida, em diversos países, como uma prioridade que carece de intervenção imediata e concomitante proteção da vítima por parte do Estado.

Não obstante as diversas conquistas e evoluções ao nível legislativo, de acordo com a literatura e com os nossos resultados, estamos conscientes de que há um longo caminho a percorrer em termos de formação e adoção de boas práticas. Entre outros, é necessário investir no reforço de efetivo policial e no desenvolvimento de equipas especializadas para apoiar, elucidar e acompanhar as vítimas. Consideramos igualmente importante estimular uma melhor articulação e trabalho em parceria entre os diferentes intervenientes nestes processos de violência conjugal, de forma a minimizar a necessidade de a vítima contactar com diferentes agentes, assim como os prejuízos e a vitimação secundária não raras vezes associadas a tais situações. É fundamental que a entidade que tem o primeiro contacto com estas vítimas conheça e compreenda o fenómeno da violência conjugal, para o diagnosticar precocemente e planear a intervenção de forma adequada, ou para proceder ao seu encaminhamento para os serviços especializados. A legislação de facto existe, nomeadamente em Portugal, mas ainda não parece ser suficiente para garantir a proteção e os direitos das vítimas.

## Referências

- Almeida, I., & Soeiro, C. (2010). Avaliação do Risco de Violência Conjugal: Versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica, 1*, 179-192.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Almeida, M., & Alão, A. (1995). *Inquérito de vitimação 1994*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.
- Andrade, A. (2012). *Violência doméstica: estudo da participação e opinião dos magistrados do departamento de investigação e ação penal do Porto* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Antunes, M. (2003). Violência e vítimas em contexto doméstico. In R. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (2ª ed., Vol. 1, pp. 43-78). Coimbra: Quarteto.
- Associação Portuguesa Apoio à Vítima (2002). *Projeto Cíbele: estudos sobre prevenção de crime e vitimação urbana*. Lisboa: Autor.
- Associação Portuguesa Apoio à Vítima (2012). *Estatísticas APAV Relatório Anual 2012*. Lisboa: Autor.
- Barbosa, A. (2009). *Análise das representações de género e seus valores na literatura Infanto-juvenil e na formação da Criança* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.
- Bograd, M., & Mederos, F. (1999). Bettering and couple therapy: Universal screening and selection of treatment modality. *Journal of Marital & Family Therapy, 25*(3), 291-312.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology, 3*, 77-101.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e humanas: Teoria e Prática* (2ª ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: o papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica, 3*, 341-352.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. (2011). Tratamento de Agressores Domésticos: O Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC). *Revista do Ministério Público, 127*, 9-34.
- Cusson, M. (2007). *Criminologia* (2ª ed.). Cruz Quebrada: Casa das Letras.

- Dias, A., & Machado, C. (2008). Género e violência conjugal – Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4, 571-586.
- Dias, I. (2010). Violência doméstica e justiça: respostas e desafios. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 245-262.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- Dias, J. F., & Andrade, M. C. (1997). *Criminologia – O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena* (2ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Dijk, J., Manchin, R., Kesteren, J., Hideg, G., & Nevala, S. (2005). *The Burden of Crime in the EU. Research Report: A Comparative Analysis of the European Crime and Safety Survey (EU ICS) 2005*. Retirado de United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute website: [http://www.unicri.it/services/library\\_documentation/publications/icvs/publications/EUICS\\_-\\_The\\_Burden\\_of\\_Crime\\_in\\_the\\_EU.pdf](http://www.unicri.it/services/library_documentation/publications/icvs/publications/EUICS_-_The_Burden_of_Crime_in_the_EU.pdf)
- European Commission (2013). *Public Opinion in the European Union – First Results* (Standard Eurobarometer 79 - Spring 2013). Retirado de European Commission website: [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/eb/eb79/eb79\\_first\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/eb/eb79/eb79_first_en.pdf).
- European Union Agency for Fundamental Rights (2014). *Violence against women: an EU-wide survey – Results at a glance*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fereday, J., & Muir-Cochrane, E. (2006). Demonstrating Rigor Using Thematic Analysis: A Hybrid Approach of Inductive and Deductive Coding and Theme Development. *International Journal of Qualitative Methods*, 5, 1-11.
- Fernandes, L., & Rêgo, X. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnográfica*, 15, 167-181.
- Frias, G. (2004, Setembro). *A construção social do sentimento de insegurança em Portugal na atualidade*. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. Retirado de <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/gracafrias.pdf>.
- Fortin, M. (1996). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Lisboa: Lusociência.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, R. (2004). Agressores conjugais: investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista portuguesa de ciência criminal*, 4, 541-558.

- Gonçalves, R. & Machado, C. (2003). Vitimologia e Criminologia. In C. Machado, & R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes* (2ª ed., Vol. 1, pp. 17-41). Coimbra: Quarteto Editora.
- Heitor, T. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Análise Psicológica*, 21, 31-44.
- Hoyle, C. & Zedner, L. (2007). Victims, Victimization, And Criminal Justice. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (4ª ed., pp. 461-495). New York: Oxford University Press.
- Lab, S. P. (2013). *Crime Prevention: Approaches, Practices and Evaluations* (8ª ed.). New Providence, NJ: LexisNexis.
- Lisboa, M. (2009). A violência contra as mulheres numa perspetiva comparativa 1995-2007. In M. Lisboa (Coord.), *Violência e género – Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens* (pp. 37-54). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lisboa, M., Barroso, Z., Patrício, J., & Leandro, A. (2009). Aspectos metodológicos. In M. Lisboa (Coord.), *Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens* (pp. 31-36). Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Lourenço, N., & Lisboa, M. (1996). Violência, criminalidade e sentimentos de insegurança. *Revista Pretextos*, 2, 45-64.
- Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Machado, C. (2000). *Discursos do medo, imagens do “outro”*. Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto (Dissertação de candidatura ao grau de doutor). Universidade do Minho, Braga.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança – discursos do medo imagens do outro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, C. & Dias, A. (2010). Abordagens culturais à vitimação: O caso da violência conjugal. In C. Machado (Coord.), *Vitimologia: das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção* (pp. 13-44). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Machado, C. & Manita, C. (2000). *Percepções e figuras do medo na cidade do Porto. Relatório de Investigação 1997-1999*. Retirado de <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64460/2/11049.pdf>

- Manita, C. (2005). *A intervenção com agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Marks, D., & Yardley, L. (2004). *Research Methods for clinical and health psychology*. London: Sage Publications.
- Marques, A. (2009). *A Violência Doméstica: A intervenção dos técnicos de acompanhamento na construção de projectos de vida alternativos. Um estudo de Caso* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto.
- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 373-388.
- Matos, M. (2003). Violência conjugal. In C. Machado, & R. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crime* (2ª ed., Vol. 1, pp. 81-130) Coimbra: Quarteto Editora.
- Matos, M. (2005). Avaliação Psicológica de Vítimas de Maus Tratos Conjugais. In R. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp. 231-246). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M. (2011). Avaliação Psicológica de Vítimas de Violência Doméstica. In R. Gonçalves, C. Machado & M. Matos (Coords.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 175-202). Braga: Psiquilibrios edições.
- Matos, M. (2012). Vítimas de Violência Doméstica: avaliação psicológica. In F. Almeida & M. Paulino (Coords.), *Proffiling, Vitimologia & Ciências Forenses* (pp. 167-173). Lisboa: Pactor.
- Matos, M., Machado, A., Santos, A., & Machado, C. (2012). Intervenção em grupo com vítimas de violência doméstica: uma revisão da sua eficácia. *Análise Psicológica*, 30, 79-91.
- Mawby, R. I., & Walklate, S. (1994). *Critical Victimology*. London: Sage publications.
- Ministério da Administração Interna (2009). *Manual de Diagnósticos Locais de Segurança: Uma compilação de normas e práticas internacionais*. Lisboa: Autor.
- Ministério da Administração Interna (2011). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de [http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30\\_relato\\_rio\\_anual\\_seguran\\_a\\_interna.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/555724/2012-03-30_relato_rio_anual_seguran_a_interna.pdf)

- Ministério da Administração Interna (2012). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de [http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327\\_RASI%202012\\_vers%C3%A3o%20final.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf)
- Ministério da Administração Interna (2013). *Relatório Anual de Segurança Interna (RASI)*. Lisboa: Autor. Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/media/1379710/RASI%202013.PDF>
- Ministério da Administração Interna (2013). *Violência doméstica 2012 – Relatório anual de monitorização e caracterização das ocorrências participadas segundo o tipo de relação vítima/denunciado/a*. Lisboa: Autor. Retirado de [www.dgai.mai.gov.pt](http://www.dgai.mai.gov.pt).
- Neves, S., & Nogueira, C. (2004). Terapias feministas, intervenção psicológica e violências na intimidade: uma leitura feminista crítica. *Psychologica*, 36, 15-32.
- Nogueira, C., Neves, S., & Barbosa, C. (2005). Fundamentos contrucionistas sociais e críticos para o estudo do género. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 1-15.
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: a emergência de um policiamento de proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Organização Mundial de Saúde (2002). *World report on violence and health*. Genebra: Autor.
- Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna, Direção Geral de Administração Interna. Retirado de [http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD\\_dez\\_2012%20v1.pdf](http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Publicacao%20VD_dez_2012%20v1.pdf)
- Rêgo, X., & Fernandes, L. (2012). As falas do medo convergências entre as cidades do porto e Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 78, 51-65.
- Rice, P., & Ezzy, D. (1999). *Qualitative research methods: A health focus*. Melbourne, Australia: Oxford University Press.
- Rocha, H. (2011). Violência Doméstica – A actuação da Polícia de Segurança Pública na Prevenção da Revitimação. In E. Chambel, M. Valente, & P. Espírito-Santo (Coords.). *Ciências Policiais: Estado Segurança e Sociedade* (pp. 53-79). Coimbra: Almedina.
- Sani, A. (2008). Mãe e mulher no contexto de violência doméstica. *Ex aquo*, 18, 123-133.
- Sani, A. (2002). *As Crianças e a Violência*. Coimbra: Quarteto.
- Santos, A. (2008). *Código Penal numa perspectiva policial* (2ª ed.). Lisboa: Editora Rei dos Livros.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigações, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

- Stewart, D. W., Shamdasani, P. N., & Rook, D. W. (2007). *Focus groups: Theory and practice*. Thousand Oaks: CA Sage Publications.
- Vandenburgh, H. (2004). *Deviance The Essentials*. New Jersey: Pearson Prentice Hall.
- Wilkinson, S., Joffe, H., & Yardley, L. (2004). Qualitative data collection: Interviews and focus group. In D. Marks & L. Yardley, *Research methods for clinical and health Psychology* (pp. 39-55). London: Sage Publications.

## **Legislação**

Decreto de Lei n.º 323/2000 de 19 de dezembro. *Diário da República n.º 291/ - I Série A*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.

Lei n.º 107/99 de 3 de agosto. *Diário da República n.º 179/99 - I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 129/99 de 20 de agosto. *Diário da República n.º 194/99 - I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei 112/2009 de 16 de setembro. *Diário da República n.º 180/09 - I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2013 de 8 de março. *Diário da República n.º 48/13 - I Série A*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 de 31 de dezembro. *Diário da República n.º 253/13 - I Série A*. Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

# **Anexos**

Anexo 1 – Guião de entrevista Semiestruturada

## *Guião da entrevista Semiestruturada*

### **Sessão de abertura:**

- ✚ Receção da participante
- ✚ Apresentação da investigadora
- ✚ Identificação dos objetivos do estudo
- ✚ Questões éticas e consentimento informado
- ✚ Explicar que a conversa será gravada, mas que só a entrevistadora e as respetivas orientadoras terão acesso aos dados. Reiterar que a informação é confidencial e que na divulgação dos dados a identidade das participantes será protegida
- ✚ Esclarecimento de eventuais dúvidas
- ✚ Introduzir conceito de insegurança: resposta de medo e ansiedade face ao crime ou a um símbolo que a pessoa associe ao crime, isto é, um conjunto de inquietações, ameaças, ansiedade, desconfiança, angústias, perturbações ou medo sobre o crime numa determinada realidade. Aquele sentimento de mal-estar geral ou nervosismo que nos leva a sentir desconfortáveis ou inseguras numa determinada situação ou num determinado local por diversos fatores.

### **1ª Parte: Introdução**

- ✚ O que significa para si insegurança?
- ✚ Na sua opinião o que contribui para as mulheres se sentirem inseguras?
- ✚ Pensando nas mulheres em geral, se tivéssemos níveis de insegurança numa escala de 0 a 5 em que 0 é muito inseguro e 5 é muito seguro, em que nível acha que elas se situam?

### **2ª Parte: Questões principais**

- ✚ Na sua opinião quais o/s contexto/s que as mulheres tendem a sentir maior insegurança? Na sua opinião quais as pessoas que podem fazer as mulheres mais inseguras?

- + No seu entender que situações podem fazer com que as mulheres se sintam mais inseguras Numa escala de 0 a 5 em que 0 é muito inseguro e 5 muito seguro como se sente em relação à segurança?
- + O que contribui para esse sentimento
- + O que pode contribuir para se sentir mais segura? E mais insegura?
- + Comente a seguinte frase: “Uma mulher possui duas necessidades básicas: segurança e uma relação conjugal?”

## **2ª Parte: *finalização***

- + Possibilidade de acrescentar alguma ideia que não foi abordada
- + Esclarecimento de questões
- + Agradecimento à participante

## Anexo 2 – Consentimento Informado

## CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, \_\_\_\_\_ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Verónica Pinto (Mestranda no Instituto Universitário da Maia – ISMAI), orientado pelas Professoras Doutoras Helena Grangeia e Olga Souza Cruz (Professoras no Instituto Universitário da Maia), no âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça, subordinado ao tema *A construção do/s sentimento/s de insegurança entre as mulheres*.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo, pelo que entendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre o sentimento de insegurança.

Compreendo que participação nesta entrevista é estritamente voluntária, que posso retirar-me a qualquer momento ou recusar-me em participar, sem que tal facto tenha prejuízo para mim.

Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

\_\_\_ Assinalando com uma cruz, declaro que aceito que esta entrevista seja gravada em áudio

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

### Anexo 3 – Ficha Sociodemográfica

## Ficha Sociodemográfica

- 1) Idade \_\_\_\_\_
- 2) Profissão: \_\_\_\_\_
- 3) Nível de escolaridade: \_\_\_\_\_
- 4) Tipo relação de intimidade \_\_\_\_\_
  - a. Duração da relação \_\_\_\_\_
  - b. Duração da rutura \_\_\_\_\_